

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO

Mestrado em Finanças Empresariais

Amândio Francisco Caridade da Silva

**O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO *BASEL III* NO
CAPITAL DOS BANCOS PORTUGUESES**

2013





ESEIG | POLITÉCNICO
DO PORTO

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO

Mestrado em Finanças Empresariais

Amândio Francisco Caridade da Silva

**O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO *BASEL III* NO
CAPITAL DOS BANCOS PORTUGUESES**

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de

Mestre em Finanças Empresariais

Orientador:

Prof. Joel Fernandes

2013



AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs, Maria Avelina Margarida da Silva e Antonieta Lucinda Cecília da Silva por sempre acreditarem nas minhas capacidades e por mais uma vez me terem apoiado na concretização deste projeto.

Ao orientador da dissertação, Professor Joel Fernandes e ao coordenador do Mestrado em Finanças Empresariais, Professor Armando Silva, por toda a disponibilidade, dedicação, empenho e devoção.

A todos os meus colegas da turma do Mestrado em Finanças Empresariais do ESEIG por todo o companheirismo demonstrado ao longo do curso.

.

RESUMO

Este trabalho é uma análise dos efeitos da implementação das últimas recomendações do Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) também conhecidas como o *Basel III* de 2010 que deverão ser faseadamente implementadas desde 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019, no capital próprio dos bancos Portugueses. Neste trabalho assume-se que os ativos pesados pelo risco de 2012 mantêm-se constantes e o capital terá de ser aumentado segundo as recomendações ano após ano até ao fim de 2018. Com esta análise, pretende-se entender o nível de robustez do capital próprio dos bancos Portugueses e se os mesmos têm capital e reservas suficientes para satisfazer as recomendações de capital mínimo sugeridas pelo BCBS ou caso contrário, se necessitarão de novas injeções de capital ou terão de reduzir a sua atividade económica. O *Basel III* ainda não foi implementado em Portugal, pois a União Europeia está no processo de desenvolvimento e implementação do Credit Requirement Directive IV (CRD IV) que é uma recomendação que todos os bancos centrais dos países da zona Euro deverão impor aos respetivos bancos. Esta diretiva da União Europeia é baseada totalmente nas recomendações do *Basel III* e deverá ser implementada em 2014 ou nos anos seguintes. Até agora, os bancos Portugueses seguem um sistema com base no aviso 6/2010 do Banco de Portugal que recomenda o cálculo dos rácios core tier 1, tier 1 e tier 2 usando o método notações internas (IRB) de avaliação da exposição do banco aos riscos de crédito, operacional, etc. e onde os ativos ponderados pelo risco são calculados como 12,5 vezes o valor dos requisitos totais de fundos calculados pelo banco. Este método é baseado nas recomendações do *Basel II* que serão substituídas pelo *Basel III*. Dado que um dos principais motivos para a crise económica e financeira que assolou o mundo em 2007 foi a acumulação de alavancagem excessiva e gradual erosão da qualidade da base do capital próprio dos bancos, é importante analisar a posição dos bancos Portugueses, que embora não sejam muito grandes a nível global, controlam a economia do país. Espera-se que com a implementação das recomendações do *Basel III* não haja no futuro uma repetição dos choques sistémicos de 2007. Os resultados deste estudo usando o método padrão recomendado pelo BCBS mostram que de catorze bancos Portugueses incluídos neste estudo, apenas seis (BES, Montepio, Finantia, BIG, Invest e BIC) conseguem enquadrar nas recomendações mínimas do *Basel III* até 1-1-2019 e alguns outros estão marginalmente abaixo dos rácios mínimos (CGD, Itaú e Crédito Agrícola).

Palavras-chave: *Basel III*, tier1, tier 2

ABSTRACT

This work is an analysis of the effects of the implementation of the latest recommendations of the Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) better known as *Basel III* of 2010 that should be gradually implemented from 1st of January of 2013 till 1st of January of 2019, on the equity capital of Portuguese banks. In this work it is assumed that the risk weighted assets of 2012 remain constant and the capital will have to be increased year after year as per the recommendations till the end of 2018. With this analysis, it is intended to understand the level of robustness of the equity capital of the Portuguese banks and if the same have enough funds and reserves to satisfy the minimum capital requirements suggested by BCBS or otherwise, if they will need new capital injections or will have to reduce their economic activities. *Basel III* has not yet been implemented in Portugal, as the European Union is in the process of developing and implementing the Credit Requirement Directive (CRD IV) that is a recommendation that all the central banks of the Euro zone will have to impose on their scheduled banks. This European Union directive is totally based on the recommendations of *Basel III* and should be implemented from 2014 or from the following years. Till now, the Portuguese banks follow a system based on notice 6/2010 of Banco de Portugal that advocates the calculation of the ratios core tier 1, tier 1 and tier 2 using the internal ratings based method (IRB) to evaluate the bank's exposure to credit, operational and other risks and where the risk weighted assets are calculated as 12.5 times the value of the total requirement of funds estimated by the respective banks. This method is based on the *Basel II* recommendations that will be replaced by *Basel III*. Given that one of the main reasons for the economic and financial crisis that rocked the world in 2007 was the excessive accumulated leverage and the gradual erosion of the quality of the equity capital base of banks, it is important to analyze the position of Portuguese banks, that though not very large on a global scale, control the country's economy. It is expected that with the implementation of the recommendations of *Basel III* there shall be no repetition of the systemic shocks of 2007 in future. The results of this study using the standard method recommended by BCBS show that out of fourteen Portuguese banks included in this study, only six (BES, Montepio, Finantia, BIG, Invest and BIC) are able to fit into the minimum recommendations laid out by *Basel III* and a few others are marginally below the minimum prescribed ratios (CGD, Itaú e Crédito Agrícola).

Keywords: *Basel III*, tier1, tier 2

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE TABELAS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	1
1.2 <i>BASEL III</i>	1
1.3 HIPÓTESES DE ESTUDO	3
1.4 ÂMBITO DESTE TRABALHO	3
2. O POTENCIAL IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO <i>BASEL III</i>	5
3. REGRAS DE APLICAÇÃO DO <i>BASEL III</i>	12
3.1. CAPITAL PRÓPRIO ORDINÁRIO TIER 1	13
3.2. CAPITAL ADICIONAL TIER 1	14
3.3. CAPITAL TIER 2	14
3.4. ALMOFADA (<i>BUFFER</i>) DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL	15
3.5. ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO	16
3.5.1 MÉTODO 1: RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM PADRÃO PARA ITENS NO BALANÇO, FORA DO BALANÇO E PASSIVOS CONTINGENTES	16
3.5.2 MÉTODO 2: RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM BASEADA NAS NOTAÇÕES INTERNAS	19
3.6. RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ (LCR)	20
3.7. RÁCIO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO ESTÁVEL (NSFR)	21
4. METODOLOGIA	23
4.1 CÁLCULO DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO USANDO O MÉTODO PADRÃO (MÉTODO 1):	24
4.2 CÁLCULO DO CAPITAL TIER 1:	25
4.3 CÁLCULO DO CAPITAL ADICIONAL TIER 1:	25
4.4 CÁLCULO DO CAPITAL TIER 2:	26
4.5 RÁCIO TIER 1:	26
4.6 RÁCIO TIER 1 TOTAL:	26
4.7 RÁCIO CAPITAL TOTAL:	26
4.8 COMPARAÇÃO DOS RÁCIOS ATUAIS COM MÍNIMOS RECOMENDADOS E ANÁLISE DE HIPÓTESES:	27
5. RESULTADOS	28
5.1 BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, S.A (BPI)	29

5.2.	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A (BCP)	32
5.3.	BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A (BES).....	35
5.4.	CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL (MONTEPIO).....	38
5.5.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A (CGD).....	41
5.6.	BANCO FINANTIA, S.A (Finantia)	44
5.7.	BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A (BANIF).....	47
5.8.	BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A (BIG)	50
5.9.	BANCO INVEST, S.A (INVEST)	53
5.10.	BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A (Banco Itaú)	56
5.11.	BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A (Banco Popular).....	59
5.12.	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A (Santander Totta)	62
5.13.	CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A	65
5.14.	BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A (BIC).....	68
6.	CONCLUSÕES.....	71
7.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	75
7.1.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	75
7.2.	PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	75
8.	BIBLIOGRAFIA.....	77
	ARTIGOS CIENTÍFICOS	77
	DOCUMENTOS DE LEGISLAÇÃO.....	78
	PÁGINAS DE INTERNET.....	78
9.	ANEXOS.....	80
9.1.	LISTA DE BANCOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS E DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE OS INTEGRAM, A 30 DE JUNHO DE 2012	80
9.2.	TABELA DE FASEAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO <i>BASEL III</i>	82
9.3.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO BPI, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	83
9.4.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	85
9.5.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	87
9.6.	BALANÇO DA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL PARA 31/12/2012 E 31/12/2011.....	89
9.7.	BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	91
9.8.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO FINANTIA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	93
9.9.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANIF, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	95
9.10.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	97
9.11.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO INVEST, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	99
9.12.	BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	101

9.13. BALANÇO DO BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	103
9.14. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	105
9.15. BALANÇO CONSOLIDADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	107
9.16. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Standard Mínimo de Conservação de Capital	15
Tabela 2: Standard Mínimo de Conservação de Capital (Com 2,5% de Capital Contra Cíclico)..	16
Tabela 3: Itens do Balanço e de Fora do Balanço Com Respetivos Pesos de Risco	16
Tabela 4: Crédito à Habitação a Particulares	17
Tabela 5: Empréstimos Imobiliários de Alta Volatilidade a Entidades Comerciais	18
Tabela 6: Ativos Com Atraso em Cobrança	18
Tabela 7: Investimentos em Ações de Terceiros.....	18
Tabela 8: Itens Fora do Balanço	19
Tabela 9: Numerador do Rácio de Financiamento Líquido Estável	21
Tabela 10: Denominador do Rácio de Financiamento Líquido Estável	22
Tabela 11: Ativos Ponderados pelo Risco do BPI Para 2012	29
Tabela 12: Capital Tier 1 do BPI em 31-12-2012	30
Tabela 13: Capital Tier 1 Adicional do BPI em 31-12-2012	30
Tabela 14: Capital Tier 2 do BPI em 31-12-2012	31
Tabela 15: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BPI em 01-01-2013.....	31
Tabela 16: Ativos Ponderados pelo Risco do BCP Para 2012	32
Tabela 17: Capital Tier 1 do BCP em 31-12-2012.....	33
Tabela 18: Capital Tier 1 Adicional do BCP em 31-12-2012	33
Tabela 19: Capital Tier 2 do BCP em 31-12-2012.....	34
Tabela 20: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BCP em 01-01-2013	34
Tabela 21: Ativos Ponderados pelo Risco do BES Para 2012	35
Tabela 22: Capital Tier 1 do BES em 31-12-2012	36
Tabela 23: Capital Tier 1 Adicional do BES em 31-12-2012	36
Tabela 24: Capital Tier 2 do BES em 31-12-2012	37
Tabela 25: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BES em 01-01-2013.....	37
Tabela 26: Ativos Ponderados pelo Risco do Montepio Para 2012	38
Tabela 27: Capital Tier 1 do Montepio em 31-12-2012	39
Tabela 28: Capital Tier 1 Adicional do Montepio em 31-12-2012	39
Tabela 29: Capital Tier 2 do Montepio em 31-12-2012	40
Tabela 30: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Montepio em 01-01-2013.....	40
Tabela 31: Ativos Ponderados pelo Risco do CGD Para 2012	41
Tabela 32: Capital Tier 1 do CGD em 31-12-2012	42
Tabela 33: Capital Tier 1 Adicional do CGD em 31-12-2012	42
Tabela 34: Capital Tier 2 do CGD em 31-12-2012	43
Tabela 35: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o CGD em 01-01-2013.....	43
Tabela 36: Ativos Ponderados pelo Risco do Finantia Para 2012	44
Tabela 37: Capital Tier 1 do Finantia em 31-12-2012	45
Tabela 38: Capital Tier 1 Adicional do Finantia em 31-12-2012	45
Tabela 39: Capital Tier 2 do Finantia em 31-12-2012	46
Tabela 40: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Finantia em 01-01-2013.....	46
Tabela 41: Ativos Ponderados pelo Risco do BANIF Para 2012	47
Tabela 42: Capital Tier 1 do BANIF em 31-12-2012	48

Tabela 43: Capital Tier 1 Adicional do BANIF em 31-12-2012	48
Tabela 44: Capital Tier 2 do BANIF em 31-12-2012	49
Tabela 45: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BANIF em 01-01-2013	49
Tabela 46: Ativos Ponderados pelo Risco do BIG Para 2012.....	50
Tabela 47: Capital Tier 1 do BIG em 31-12-2012.....	51
Tabela 48: Capital Tier 1 Adicional do BIG em 31-12-2012.....	51
Tabela 49: Capital Tier 2 do BIG em 31-12-2012.....	52
Tabela 50: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BIG em 01-01-2013	52
Tabela 51: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco Invest Para 2012.....	53
Tabela 52: Capital Tier 1 do Banco Invest em 31-12-2012.....	54
Tabela 53: Capital Tier 1 Adicional do Banco Invest em 31-12-2012.....	54
Tabela 54: Capital Tier 2 do Banco Invest em 31-12-2012.....	55
Tabela 55: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco Invest em 01-01-2013	55
Tabela 56: Ativos Ponderados pelo Risco do Itaú Para 2012	56
Tabela 57: Capital Tier 1 do Itaú em 31-12-2012.....	57
Tabela 58: Capital Tier 1 Adicional do Itaú em 31-12-2012	57
Tabela 59: Capital Tier 2 do Itaú em 31-12-2012.....	58
Tabela 60: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Itaú em 01-01-2013	58
Tabela 61: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco Popular Para 2012.....	59
Tabela 62: Capital Tier 1 do Banco Popular em 31-12-2012.....	60
Tabela 63: Capital Tier 1 Adicional do Banco Popular em 31-12-2012.....	60
Tabela 64: Capital Tier 2 do Banco Popular em 31-12-2012.....	61
Tabela 65: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco Popular em 01-01-2013	61
Tabela 66: Ativos Ponderados pelo Risco do Santander Totta Para 2012	62
Tabela 67: Capital Tier 1 do Santander Totta em 31-12-2012	63
Tabela 68: Capital Tier 1 Adicional do Santander Totta em 31-12-2012	63
Tabela 69: Capital Tier 2 do Santander Totta em 31-12-2012	64
Tabela 70: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Santander Totta em 01-01-2013.....	64
Tabela 71: Ativos Ponderados pelo Risco do Crédito Agrícola Para 2012	65
Tabela 72: Capital Tier 1 do Crédito Agrícola em 31-12-2012	66
Tabela 73: Capital Tier 1 Adicional do Crédito Agrícola em 31-12-2012	66
Tabela 74: Capital Tier 2 do Crédito Agrícola em 31-12-2012	67
Tabela 75: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Crédito Agrícola em 01-01-2013.....	67
Tabela 76: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco BIC Português Para 2012.....	68
Tabela 77: Capital Tier 1 do Banco BIC Português em 31-12-2012.....	69
Tabela 78: Capital Tier 1 Adicional do Banco BIC Português em 31-12-2012.....	69
Tabela 79: Capital Tier 2 do Banco BIC Português em 31-12-2012.....	70
Tabela 80: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco BIC Português em 01-01-2013	70
Tabela 81: Valores Atuais e (Défice)/Excesso de Capital Tier 1 e Capital Total dos Bancos Portugueses em Comparação Com Valores Mínimos Recomendados	72
Tabela 82: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DOMÉSTICAS.....	80
Tabela 83: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTRANGEIRAS – FILIAIS	81
Tabela 84: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTRANGEIRAS – SUCURSAIS.....	81
Tabela 85: TABELA DE FASEAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO <i>BASEL III</i>	82

Tabela 86: BANCO BPI, S.A.	83
Tabela 87: BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	85
Tabela 88: BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	87
Tabela 89: CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	89
Tabela 90: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	91
Tabela 91: Banco Finantia, S.A.	93
Tabela 92: BANIF, S.A.	95
Tabela 93: BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A.	97
Tabela 94: BANCO INVEST, S.A.	99
Tabela 95: BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A.	101
Tabela 96: BANCO POPULAR, S.A.	103
Tabela 97: BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	105
Tabela 98: CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A.	107
Tabela 99: BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APB	Associação Portuguesa de Bancos
BCBS	Basel Committee on Banking Supervision
BCP	Banco Comercial Português, S.A.
BIS	Bank for International Settlements (Basileia, Suíça)
CET 1	Common Equity Tier 1
CET 2	Common Equity Tier 2
CRD IV	Credit Requirement Directive IV
DTA	Deferred Tax Assets
EBA	European Banking Association
EC	European Commission
EU	European Union (União Europeia)
EUA	Estados Unidos da América
IMF	International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional)
LCR	Liquidity Coverage Ratio
MSR	Mortgage Servicing Rights
NSFR	Net Stable Funding Ratio
PD/LGD	Probability of Default/Loss Given Default
PIB	Produto Interno Bruto
PIGS	Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha
Q1	Quarter 1 (1º trimestre)
Q3	Quarter 3 (3º trimestre)
ROE	Return On Equity

1. INTRODUÇÃO

1.1 A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Segundo o BIS (2010), um dos principais motivos que levou o mundo à crise económica e financeira em 2007, foi o sector bancário de muitos países que tinha acumulado um nível excessivo de alavancagem no balanço patrimonial e fora desse. Em simultâneo, os bancos de vários países tiveram uma erosão gradual da qualidade da sua base de capital e não tinham reservas suficientes de liquidez. O sector bancário não conseguiu assim absorver as perdas sistémicas e de crédito das respetivas economias nem responder às enormes exposições criadas pela intermediação do *shadow banking*¹. As instituições financeiras estão sempre interligadas por uma complexidade de transações e isso acentuou ainda mais os efeitos da crise pelo efeito subsequente de cascata. Com a agravação da crise, o mercado perdeu confiança no sector bancário que começou a contrair o crédito e a liquidez, transmitindo assim os choques da crise ao resto da economia. Finalmente, os governos de vários países foram obrigados a intervir para salvar os bancos, injetando enormes quantias de dinheiro e garantias expondo os contribuintes a perdas massivas.

O efeito nos bancos e intermediários financeiros dos países no epicentro da crise foi imediato, mas esse efeito expandiu rapidamente também pelos outros países do globo por canais de transmissão indiretos resultando numa contração severa de liquidez e crédito internacional, queda nas exportações e aumento no desemprego a nível mundial.

Tendo isso em consideração, o BCBS, constituído pelos representantes das autoridades de supervisão e bancos centrais da África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canada, China, Coreia do Sul, Espanha, EUA, França, Holanda, Hong Kong SAR, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça e Turquia decidiu introduzir várias reformas fundamentais para a regulação do sector bancário a nível mundial. Estas reformas a nível de bancos individuais (ou seja a nível micro prudencial) deverão ajudar a manter a resiliência e robustez durante períodos de *stress* financeiro e terão também efeito a nível macro prudencial englobando todo o sector bancário reduzindo assim os riscos de choques sistémicos. Estas medidas que visam fortalecer os três pilares das recomendações do *Basel II*, introduzidas em 2010 ficaram conhecidas como o *Basel III*.

1.2 BASEL III

O *Basel III* é o último dos acordos de regulamentação bancária proposto em 2010 e que deve ser implementado a partir de 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019. Este

¹ *Shadow banking* é o nome dado aos intermediários financeiros (que não são bancos) como os *hedge funds*, *Money market funds* e *structured investment vehicles* (SPV).

acordo foi desenvolvido para evitar uma repetição da crise dos *subprimes*, que foi vista na crise financeira de 2007.

Com o *Basel III* espera-se que haja um controlo efetivo nas operações dos bancos, que no passado tiveram crescimento excessivo das rúbricas apresentadas nos seus balanços por abusar de créditos e produtos financeiros derivados, enquanto que o nível e a qualidade dos ativos e capital próprio reduzia, ou seja, um uso excessivo de créditos de risco e investimentos de risco sem recursos próprios para cobrir os riscos e sem reservas suficientes para fazer face a uma crise de liquidez.

Como pode ser visto na crise financeira de 2007-08, vários bancos foram à insolvência, dado que estavam ligados a outros bancos que faliram. Os governos dos países desses bancos falidos foram obrigados a preparar planos de salvação (*bailout*) usando fundos e recursos públicos, ou seja usando o dinheiro dos impostos pagos pelos contribuintes.

Segundo o *Basel III*, os bancos terão de aumentar as suas reservas de capital para proteção contra futuras crises. Os principais pontos de recomendação do *Basel III* são²:

- O capital de alta qualidade (composto por ações ordinárias e lucros retidos) irá aumentar para 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (2% no *Basel II*) entre 2013 e 2015 e manter-se nesse nível.
- O capital tier 1 mínimo (composto por ações ordinárias, lucros retidos, ações preferenciais, instrumentos híbridos de capital e dívida perpétua) deverá atingir os 6% (4% no *Basel II*) até 2015 e manter-se nesse nível.
- Uma almofada (reserva) obrigatória de conservação de capital de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco será criada gradualmente entre 2016 e 2019 (0,625% até 2,5%). Esta reserva limitará o pagamento de dividendos aos acionistas e bónus aos executivos bancários caso o banco não consiga manter-se acima dos rácios de capitais mínimos recomendados.
- Uma almofada (reserva) contra cíclica de capital de alta qualidade até 2,5% dos ativos ponderados pelo risco adicional que poderá ser exigida pelos reguladores do país nos períodos de expansão de crédito.
- O rácio de alavancagem terá de ser no mínimo de 3%. Este rácio será calculado dividindo o capital tier 1 pela média dos ativos totais consolidados do banco.
- O novo rácio de cobertura de liquidez (LCR) onde o banco deverá ter ativos líquidos de alta qualidade suficientes para cobrir todas as suas saídas de caixa nos próximos 30 dias num regime de *stress* estipulado.
- O novo rácio de *Net Stable Funding* (Financiamento líquido estável) que inclui os depósitos dos clientes + financiamento a longo prazo + capital próprio dividido pelos ativos a longo prazo. Este rácio deve estar sempre acima de 100%.

² Ver tabela no anexo 9.2.

A aplicação destas medidas visa promover a estabilidade e eficiência do sistema bancário, reduzindo as hipóteses de insolvência dos bancos. O capital tier 1 é o limite pelo qual o banco pode absorver as suas perdas sem ter de cessar as suas operações e o capital tier 2 é o limite até qual o banco consegue absorver as suas perdas em caso de falência sem ter de usar os fundos dos seus clientes (depósitos com o banco).

1.3 HIPÓTESES DE ESTUDO

Este estudo abrange duas hipóteses:

1. Hipótese 1
2. Hipótese 2

A hipótese 1 do estudo é que os bancos Portugueses individualmente usando o método padrão conseguirão satisfazer os rácios recomendados pelo BCBS no *Basel III* em todos os anos entre 2013 e 2019, usando os ativos de 31-12-2012 ponderados pelo risco como base.

A hipótese 2 do estudo é que os bancos Portugueses individualmente usando o método padrão não conseguirão satisfazer os rácios recomendados pelo BCBS no *Basel III* para todos ou alguns dos anos entre 2013 e 2019, usando os ativos de 31-12-2012 ponderados pelo risco como base.

1.4 ÂMBITO DESTE TRABALHO

Com base nas recomendações do BCBS sobre os rácios mínimos a serem tomados em consideração pelos bancos até 2019, este trabalho visa estudar o impacto no capital dos bancos Portugueses, usando como base os balanços patrimoniais de 2012, ou seja, assumindo que o capital próprio e os ativos ponderados pelo risco mantêm-se constantes e os rácios mínimos recomendados são mantidos ano após ano (entre 2013 e 2019) usando o método padrão para todos os bancos. Ou seja, visa analisar se o capital dos bancos Portugueses é suficiente para satisfazer as recomendações do BCBS ou não. Para chegar aos rácios mínimos recomendados, os bancos têm a opção de aumentar o seu capital tier 1 e tier 2, por uma nova emissão de instrumentos financeiros ou aumentando o seu *spread* ou de reduzir os ativos pesados pelo risco, o que implicará uma redução dos empréstimos e do crédito aos seus clientes.

O capítulo 2 contém a revisão da literatura, onde foi analisada a opinião de vários autores sobre os possíveis efeitos e benefícios da implementação do *Basel III*. A maioria dos autores cotados neste estudo é da opinião que o *Basel III* é essencial para o funcionamento do sector bancário pós-crise financeira e que evitará a repetição de uma crise bancária *subprime* no futuro. Alguns críticos cotados na revisão de literatura, embora concordem que as recomendações do BCBS são importantes, acham que as medidas podem afetar drasticamente os lucros do sector bancário a longo prazo e que as medidas a implementar deveriam ser mais específicas a nível de cada país e até de cada banco, para evitar uma redução súbita das operações bancárias, que diretamente afetarão a economia. Alguns são da opinião que os bancos optarão pela forma mais simples de

satisfazer os rácios recomendados, que é a redução do crédito à economia sem tentar alterar o capital próprio.

O capítulo 3 descreve as regras de implementação do *Basel III*. Os vários rácios recomendados pelo *Basel III* foram descritos. O estudo limitou-se ao cálculo dos ativos ponderados pelo risco, cálculo do capital tier 1, capital tier 1 total e capital tier 2, para analisar se os rácios obtidos satisfazem as recomendações mínimas, usando o método padrão de modo a poder comparar melhor os bancos entre si. O cálculo do LCR e NSFR não foi feito pois depende dos ativos ponderados pelo risco em 2015 e 2018 respetivamente. Caso os bancos Portugueses não satisfaçam os rácios mínimos em 2013, terão de tomar ações corretivas de imediato e não poderão aguardar até 2016.

O capítulo 4 faz uma descrição da metodologia usada neste estudo para cada um dos rácios calculados no método padrão e explica também as limitações do trabalho.

O próximo capítulo mostra os cálculos para cada um dos catorze bancos Portugueses incluídos neste estudo. Os cálculos foram feitos tendo em consideração os valores do balanço de 2012 e assumindo que o balanço mantém-se constante, os rácios mínimos para o ano 2013 foram calculados. Com base nesses rácios mínimos foi possível decidir quais os bancos que necessitam de ações corretivas e quais os bancos que conseguem satisfazer as recomendações do *Basel III* até 1-1-2019. A análise foi feita para cada banco individualmente, exceto para os bancos que não publicaram o relatório anual e contas de 2012. Foi usado o método padrão para todos os bancos de forma a obter resultados uniformes, mesmo que o banco use métodos internos para cálculo conforme recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010. Foi também dado o rácio declarado pelo banco no relatório anual de contas usando o método prescrito pelo Banco de Portugal.

O capítulo 6 contém as conclusões do trabalho, com base nos cálculos feitos no capítulo 5 para cada um dos bancos Portugueses analisados. Como o *Basel III* deveria ser implementado a partir de 1-1-2013, foi prático usar o balanço de 31-12-2012 para calcular os rácios mínimos. Foi depois comparado o rácio atual de cada banco com os mínimos prescritos para 2013 a 2019. Os bancos onde os rácios atuais excedem os rácios mínimos prescritos para cada um dos anos enquadraram na hipótese 1 e os outros bancos na hipótese 2.

O capítulo 7 explica as limitações do estudo, que usou como base apenas os balanços e demonstrações de resultados de 2012 para todos os anos de análise por esses serem os últimos dados anuais publicados pelos bancos e recomenda o uso dos dados atuais para replicação do estudo no futuro.

2. O POTENCIAL IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO *BASEL III*

Segundo o Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) (2010), a crise económica e financeira que teve início em 2007 tornou-se tão severa porque o sector bancário de muitos países tinha criado uma alavancagem elevada, tanto no balanço patrimonial como fora dele, e houve uma erosão gradual da qualidade do capital base dos bancos. Ao mesmo tempo, muitos bancos não tinham reservas de liquidez suficientes para absorver as perdas sistémicas e de crédito nem para fazer face às largas exposições de intermediação fora do balanço patrimonial que tinham sido gradualmente criadas ao longo dos anos. A crise tornou-se ainda mais acentuada pelas transações interbancárias. O mercado perdeu a confiança no sector bancário, no que diz respeito à solvência e liquidez de muitos bancos e as fraquezas deste sector foram rapidamente transmitidas ao resto do sistema financeiro e à economia real, resultando numa contração massiva de liquidez e disponibilidade de crédito. Finalmente, o sector público dos países afetados injetou ajuda aos bancos na forma de liquidez, suporte de capital e garantias, usando os impostos cobrados aos contribuintes, sofrendo assim perdas massivas de fundos que poderiam ter sido usados para o desenvolvimento da economia e para o bem-estar dos cidadãos.

A maior parte dos autores cotados nesta revisão de literatura concordam com os benefícios das recomendações do *Basel III*, embora com algumas reservas.

Härle et al. (2010), com base nos balanços patrimoniais de 2010 do sector bancário estimaram que até à implementação completa das recomendações do *Basel III* em 2019, o sector bancário Europeu vai precisar de cerca de € 1,1 biliões³ de capital tier 1 adicional, € 1,3 biliões de liquidez a curto prazo e cerca de € 2,3 biliões de fundos a longo prazo. O impacto no sector bancário dos EUA será menor (porque o total dos ativos dos bancos Americanos é menor que o total dos ativos dos bancos Europeus) e a estimativa é de € 600 mil milhões de capital tier 1 adicional, € 800 mil milhões de liquidez a curto prazo e cerca de € 2,2 biliões de fundos a longo prazo, respetivamente. A angariação destes fundos adicionais poderá ter um impacto substancial nos lucros do sector bancário, reduzindo o ROE na Europa por cerca de 4 pontos percentuais e nos EUA por 3 pontos percentuais. Embora os bancos estejam já a tentar reduzir o impacto no seu ROE com reduções drásticas de custos e ajustamento de preços, serão afetados, principalmente os bancos mais pequenos. Os autores são da opinião que o *Basel III* é mais do que uma lista de pontos a serem seguidos num mundo pós-crise e representa o núcleo de uma onda de mudanças regulatórias que fundamentalmente afetarão o funcionamento do sector bancário. Embora a fase de implementação seja bastante longa, os bancos devem começar a mover-se já para cumprir com os requisitos das recomendações e para voltar aos níveis de lucros que tinham antes da implementação do *Basel III*.

³ Um bilião em Português é o mesmo que 1.000 billion (1 trillion) em Inglês (10^{12}).

Arnold, Borio, Ellis e Moshirian (2012) analisaram os vários problemas que têm de ser resolvidos para promover a estabilidade financeira. Alguns desses problemas são a medição do risco sistémico e a contribuição individual das instituições financeiras para esse risco, as propriedades do ciclo financeiro e o efeito pro-cíclico, indicadores que mostram a acumulação de fatores que podem resultar numa crise financeira e a importância da liquidez e do capital para a resiliência do mercado. Embora algumas questões tenham sido abordadas no *Basel III*, que está a ser implementado a partir de 2013, ainda há muito que falta fazer para entender o impacto real do risco sistémico e como preparar uma política para o controlar. Este será um dos maiores desafios nos próximos anos para o sector bancário.

Antão e Lacerda (2011) no seu estudo provaram que os bancos da zona Euro estavam muito alavancados e por isso não conseguiam absorver as perdas de crédito e do mercado, o que resultou em custos elevados para os contribuintes dos respetivos países, resultando em reduções drásticas na produção industrial e no aumento do desemprego. O estudo destas autoras baseou-se nas medidas implementadas pelo BCBS em 2008 nas recomendações do *Basel II* que foram uma considerável mudança das recomendações feitas no *Basel I*, no que diz respeito ao capital regulatório e riscos económicos. Segundo as autoras, o *Basel III* vem fortificar as recomendações do *Basel II* e será implementado a partir de 2013 na maioria dos países.

Cabral (2013) também concorda com o BCBS e o seu estudo mostra que antes da crise de 2007-2008, os lucros do sector bancário mundial eram muito elevados mas os resultados da intermediação financeira eram baixos. O autor argumenta que os lucros elevados eram obtidos pela expansão do balanço patrimonial e a divergência entre o incumprimento, liquidez e o risco de termo entre os ativos e os passivos. Os grandes bancos começaram a crescer mas tornaram-se menos líquidos criando as condições necessárias para uma crise bancária. Este tipo de aumento na alavancagem financeira tornou-se possível graças ao *Basel I*. O autor acha que as recomendações do *Basel III* e o Dodd-Frank Act⁴ poderão ajudar a controlar a situação e a evitar um relapso no futuro, pois impõem maiores constrangimentos na atividade de intermediação financeira. O autor é da opinião que é necessário os países efetuarem uma análise dos benefícios e despesas feitas pelo governo e pela autoridade monetária nas atividades do sector bancário, em particular nas hipóteses de falência dos bancos, liquidez, *spreads* e outros em vez de depender apenas nas recomendações do *Basel III* sobre os níveis de capital e de liquidez dos bancos.

Similarmente, Chortareas, Girardone e Ventouri (2011) examinaram uma amostra dos bancos de vinte e dois países da União Europeia entre 2000 e 2008 para estudar o impacto da regulamentação e supervisão bancária no desenvolvimento, rentabilidade,

⁴ O Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act é uma nova lei assinada pelo Presidente Americano Barrack Obama em 21 de Julho de 2010 para mudar o regulamento das entidades financeiras Americanas e controlar futuras crises financeiras e bancárias nos EUA e é baseado no *Basel III*. Na União Europeia, o CRD IV está em processo de desenvolvimento e implementação gradual pelos bancos centrais dos países da zona Euro. Também é baseado no *Basel III*.

estabilidade e corrupção nos bancos. Os resultados mostram que a regulamentação das restrições no capital e a supervisão oficial dos bancos pode aumentar a eficiência das operações bancárias mas a evidência também mostra que a supervisão intervencionista e políticas de regulamentação que envolvem o controlo dos bancos pelas autoridades reguladoras e restrição de algumas atividades bancárias pode resultar em níveis de ineficiência mais elevados. Os autores chegaram à conclusão que a supervisão intervencionista e regulamentação poderão ter um efeito mais significativo nos países com instituições financeiras de melhor qualidade do que nos países mais pobres, mas tendo em consideração a crise económica e financeira, um certo nível de rigor nas supervisões bancárias de todos os países, é necessário.

Nucu (2011), num estudo comparativo do efeito da implementação do *Basel III* na Roménia e na União Europeia, acha que as recomendações do BCBS são certamente aplicáveis a um mundo de pós-crise financeira. As reformas propostas são a nível prudencial e visam a redução da ocorrência de futuros choques sistémicos. O autor espera uma queda de 3,7 a 4,3 pontos percentuais no ROE dos bancos da União Europeia do atual nível de 15%. A redução do ROE dos bancos dos EUA será menor, uma vez que os ativos dos bancos Americanos são menores que os dos bancos Europeus. O efeito nos bancos Romenos será mínimo, pois o capital é composto por cerca de 80% de instrumentos de tipo tier 1 e por isso os aumentos de capital serão insignificantes.

Rossignolo, Fethi e Shaban (2012) após um estudo dos países PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) concluíram que o sucesso económico destes países no início do século XXI foi o resultado direto da introdução do Euro como moeda única na maior parte dos países da União Europeia, que resultou num aumento rápido e excessivo do crédito por causa das taxas de juro baixas em comparação com as taxas de juros aplicadas às antigas moedas fracas destes países. Os mercados de capitais aumentaram com o efeito da bolha de crédito e contribuíram para um aumento do PIB nunca visto nos PIGS. Os bancos dos PIGS não tinham acumulado uma reserva de capital suficiente para cobrir qualquer risco descoberto a que ficassem expostos no caso de alguma queda súbita nos mercados capitais embora estivessem a cumprir com os requisitos impostos pelos respetivos bancos centrais. O resultado foi o efeito cascata da queda do sector bancário observado nos PIGS nesta crise financeira. O BCBS decidiu evitar que tal situação voltasse a acontecer e recomendou a implementação do *Basel III* a nível global. A proposta de *Basel III* representa uma fase crucial no fortalecimento das regras de capital que gerem as operações bancárias, para evitar as hipóteses de haver uma outra crise sistémica no futuro. Embora teoricamente corretas, essas medidas parecem ter algumas limitações e podem não ser suficientes para garantir a viabilidade bancária. Os bancos dos PIGS podem ser obrigados a aumentar ainda mais o seu capital de alta qualidade além do recomendado pelo *Basel III* para poderem sobreviver no futuro.

O estudo feito por Yan, Hall e Turner (2012) mostra que a probabilidade de uma crise financeira tanto nos países industrializados como nos em desenvolvimento é de 4 – 5% por ano e resulta sempre da vulnerabilidade do setor bancário, especialmente quando os

bancos têm pouco capital de alta qualidade, poucos ativos líquidos de alta qualidade e poucas fontes garantidas de financiamento. O estudo feito por estes autores teve como base os bancos do Reino Unido e mostra que os bancos Britânicos estão acima das recomendações mínimas de 7% (incluindo a almofada de conservação de capital) do *Basel III*, com uma média ponderada de 10%. O estudo ainda sugere que os bancos Britânicos deverão aumentar a sua dependência no capital ordinário além das recomendações mínimas do *Basel III* e incentivar também os depósitos de clientes como meio de financiamento para as operações bancárias.

Shim (2012) diz que a provisão cíclica a ser criada pelos bancos proposta no *Basel III* deverá assegurar que as necessidades de capital do sector bancário tenham em consideração o ambiente macroeconómico em que os bancos operam. Quando os ciclos económicos estão em alta os bancos deverão criar as reservas necessárias para assegurar a estabilidade, pois durante as baixas nos ciclos económicos, o sector bancário pode sofrer choques sistémicos. O autor estudou uma amostra de bancos dos Estados Unidos durante o período de 1992: Q1 a 2011: Q3 e chegou a conclusão que o ciclo económico tem um papel importante na estabilidade bancária. O autor encontrou uma relação negativa entre os ciclos de negócio e a provisão de capital. O estudo do autor concorda com as recomendações do *Basel III* sobre a criação de uma reserva de capital contra cíclico acima dos mínimos recomendados. Essa reserva de capital pode ser usada durante os períodos de recessão sem criar nenhuns problemas de liquidez para o banco e afetar assim as suas operações de crédito à economia, ou seja evitando assim a ocorrência de repetições da crise financeira no futuro.

Dedu e Nitescu (2012) no seu estudo salientaram que a crise financeira demonstrou que apenas a autorregulação não é suficiente para as instituições e mercados financeiros sistemicamente importantes. Foram os regulamentos permissivos que aceleraram o desenvolvimento do sector bancário mas que também resultaram na crise financeira. Os autores acreditam que o *Basel III* irá fortificar as instituições financeiras a nível de capital de prudência e liquidez e criará um sistema bancário e financeiro mundial muito mais resiliente aos choques sistémicos observados na crise financeira de 2008. O *Basel III* baseia-se na micro prudência, ou seja, no controlo do risco ao nível de cada banco individual, resultando em bancos mais resilientes aos choques financeiros, ou seja numa economia mais forte e estável na totalidade.

Vallascas e Keasy (2012) usaram uma amostra empírica e vasta de bancos Europeus cotados para identificar quais as características que poderiam dar uma cobertura aos choques sistémicos. Os autores chegaram à conclusão que embora a imposição de requisitos mínimos de capital no *Basel III* possa aumentar a resiliência dos bancos aos eventos sistémicos, o risco dos bancos também depende da proporção de rendimento não baseado no crédito e no crescimento dos ativos. São da opinião que os reguladores deveriam criar um limite máximo no tamanho absoluto dos bancos, limite esse que deveria depender do tamanho da economia, com as pequenas economias a trabalhar com bancos pequenos e a evitar grandes exposições fora do país e as grandes economias com bancos maiores, mas mesmo assim com um tamanho limitado, controlado caso a caso.

Esta recomendação poderá ser útil para um país como Portugal onde alguns bancos estão a aventurar-se fora do país e assim aumentam os seus riscos aos eventos sistémicos.

Pakravan (2011), na sua análise das recomendações do *Basel III*, acha que os novos regulamentos deverão trazer os bancos de volta à função de intermediação financeira, reduzindo os riscos e minimizando os custos de financiamento bancário, mas adverte que o *Basel III* deverá ser aplicado de forma simples, transparente e com o objetivo de contabilização dos bancos sem aumentar a pressão de requisitos de capital e regulamentação rigorosa sobre o sistema bancário para não haver nenhum impacto negativo na economia.

Cosimano e Hakura (2011) investigaram o impacto que as recomendações de capitais mínimos sugeridas no *Basel III* podem ter nas taxas de juros de empréstimos bancários e no crescimento de crédito. O estudo abrangeu os cem maiores bancos mundiais e concluiu que terá de haver um aumento do rácio de capital próprio por ativos totais por 1,3 pontos percentuais a longo prazo, o que pode implicar uma redução no volume de empréstimos na ordem de 4,6% a longo prazo nas economias desenvolvidas que tiveram uma crise financeira entre 2007-09 e de 14,8% nos bancos dos países que não tiveram uma crise no mesmo período, com variações individuais em cada país, reduzindo assim drasticamente o crescimento da economia real a nível mundial.

Um dos críticos do *Basel III* é Yilmaz (2009) que acha que a regulação do capital dos bancos afetará o processo de crédito à economia do respetivo país, embora possa ajudar a prevenir ou mesmo reduzir o risco de falência dos bancos. A regulamentação do setor bancário poderá levar a uma falta de liquidez na economia afetando o setor real da economia que poderá ter maior dificuldade em obter crédito e assim isso poderá resultar numa redução do PIB do país. O autor também descobriu que as recomendações de capital que são baseadas no risco (*Basel III*) mudam a composição do passivo e do ativo do banco no seu balanço patrimonial. Embora o autor considere as recomendações do *Basel III* importantes, acha que as mesmas devem ser implementadas com prudência para evitar um impacto negativo na economia.

Esse ponto de vista também é parcialmente partilhado por Allen, Chan, Milne e Thomas (2012) que acham que o impacto da implementação do *Basel III* deverá ser muito mais leve do que muitos críticos desta nova regulamentação acham, mas recomendam que as mudanças nos modelos de negócio, processos e gestão deverão ser cautelosamente geridos para evitar uma severa falta de liquidez nos mercados. Os autores concordam com os críticos que a implementação do *Basel III* como proposta pelo BCBS poderá reduzir drasticamente a disponibilidade de crédito e reduzir a atividade económica. O maior problema será a adaptação às novas regras pelo sector financeiro. As autoridades reguladoras deverão envolver os bancos e os investidores em diálogos sobre o processo de implementação e mudanças. Se isso não for feito, “a cura poderá ser pior que a doença”.

Usando os dados de 60 bancos a nível mundial, Bučková e Reuse (2011) criaram um balanço patrimonial de um banco fictício para analisar o efeito das recomendações do *Basel III* nos novos rácios, o *Liquidity Coverage Ratio* (LSR) e o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) que visam manter a liquidez mínima necessária a curto e longo prazo para os bancos. Segundo os autores, as obrigações de tesouro tornar-se-ão mais atrativas para os bancos desde que continuem a ter um peso de 0% nos ativos ponderados pelo risco. Os bancos Europeus podem começar a misturar as obrigações de tesouro nacionais com as internacionais que oferecem taxas de juros elevadas para reduzir a ponderação de risco dos ativos. O resultado a nível do país pode ser uma maior procura de fundos a longo prazo pelos bancos, o que fará os empréstimos a longo prazo mais caros para a economia, bem como poderá resultar num aumento nas taxas de juros nos depósitos dos clientes a longo prazo. Os autores recomendam caução na implementação das recomendações do *Basel III* a nível dos bancos Europeus e aconselham aos reguladores Europeus que sigam o exemplo dos EUA que pretendem apenas implementar o *Basel III* inicialmente nos bancos que têm um peso significativo na estabilidade bancária do país, deixando de fora ou para depois, os pequenos bancos regionais e cooperativos.

Wignall-Blundell e Atkinson (2010) estudaram as propostas do *Basel III* principalmente no impacto no capital dos bancos que são muito grandes para falir e que no passado optaram por tomar muitos riscos desnecessários para poderem crescer ainda mais. Os autores são da opinião que as recomendações do BCBS no *Basel III*, principalmente o rácio de alavancagem, *buffer* de capital e a proposta pro cíclica para provisão de perdas estimadas são excelentes. Todavia, o *Basel III* não justifica adequadamente o problema fundamental regulatório das 'promessas' que constituem qualquer sistema financeiro e que não estão a ser tratadas com igualdade. Os bancos podem mover fundos para outros setores financeiros como a atividade de seguros onde a supervisão é menos rigorosa e assim manipular os seus balanços patrimoniais. Da mesma forma, o *shadow banking* não foi suficientemente coberto nas recomendações do *Basel III* e isso pode permitir vários tipos de manipulações financeiras pelos bancos para chegar aos rácios mínimos sem aumentar o seu capital na realidade.

Hyun e Rhee (2011) observaram que os bancos podem satisfazer as recomendações dos reguladores no que diz respeito ao aumento dos rácios de capital emitindo novas ações ao público ou reduzindo os empréstimos ao público. Dados os custos elevados do capital próprio, os bancos preferem reduzir os empréstimos, geralmente quando a economia está em crise. Isto significa que a implementação do *Basel III* pode reduzir a atividade económica do país se os bancos optarem pela redução de crédito aos seus clientes para chegar aos rácios mínimos em vez de optar pelo aumento e pela qualidade do seu capital próprio.

Num estudo similar mas que abrangeu os bancos Britânicos, Francis e Osborne (2012) observaram que as recomendações do BCBS acerca do capital contra cíclico no *Basel III* podem não ser tão efetivas como esperadas quando os bancos têm a possibilidade de satisfazer essa necessidade de capital usando instrumentos de débito (capital tier 2) que

são mais baratos e fáceis de angariar do que usando o capital próprio (capital tier 1), que é mais difícil de angariar e mais caro a longo prazo. Isto significa que os bancos podem tentar manipular os seus balanços patrimoniais para chegar às recomendações mínimas recomendadas pelo BCBS, aumentando o capital tier 2 sem tocar no capital tier 1, ou seja sem melhorar a qualidade do seu capital próprio.

Das e Sy (2012) também acham que os bancos podem manipular o capital tier 1 e tier 2 reportando valores menores de ativos ponderados pelo risco para reduzir as necessidades mínimas de capital próprio. Uma comparação de bancos em várias regiões do mundo levaram os autores à conclusão que onde as autoridades regulatórias permitem o uso de modelos de notações internas para o cálculo do risco de crédito, o valor dos ativos ponderados pelo risco tende a ser mais baixo do que nas regiões onde o cálculo do risco de crédito é feito pela abordagem padronizada. Estas variações podem ter efeitos danificadores em épocas de crise financeira. O mesmo acontece de momento em Portugal onde os bancos usam o método de notações internas e provam que estão acima dos 10% de capital tier 1 mínimo recomendado pelo Banco de Portugal para 2012.

3. REGRAS DE APLICAÇÃO DO *BASEL III*

A Associação Portuguesa de Bancos (APB), no dia 30 de Junho de 2012, tinha 23 bancos associados, constituídos por 36 instituições bancárias, das quais 23 eram domésticas (integradas em 13 grupos de bancos associados à APB), 5 eram instituições financeiras filiais de empresas bancárias estrangeiras e 5 eram instituições financeiras sucursais de empresas bancárias estrangeiras, conforme o anexo 9.1. Dos bancos associados à APB, dois bancos (Banco Português de Negócio e Banco Efisa) não se encontravam em fase operacional no dia 31 de Dezembro de 2012 e por isso não foram incluídos neste estudo, que se limitou aos restantes bancos Portugueses segundo o anexo 9.1. Todas as filiais de bancos estrangeiros foram incluídas no estudo exceto o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. que não emite um balanço para as suas operações Portuguesas. Nenhuma das sucursais dos bancos estrangeiros a operar no país foi incluída pois não havia balanço separado emitido para as operações Portuguesas. Os bancos excluídos do estudo estão mencionados no anexo 9.1, com o respetivo motivo de exclusão.

Usando os balanços patrimoniais consolidados (exceto quando o banco não tem contas consolidadas) publicados dos bancos associados domésticos e das sucursais e filiais das instituições bancárias estrangeiras (quando disponíveis publicamente) no dia 31-12-2012, foi feita uma análise para 1-1-2013 dos seguintes rácios propostos pelo BCBS no seu documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (2010) para cada um dos bancos Portugueses que tinham dados publicados:

- Ativos ponderados pelo risco usando o método padrão (método 1)
- Capital próprio ordinário tier 1
- Capital adicional tier 1
- Capital tier 2
- Capital total
- Rácio tier 1
- Rácio tier 1 total
- Rácio tier 2
- Rácio capital total

Alguns dos rácios adicionais recomendados no *Basel III* foram descritos aqui para uma melhor compreensão da matéria, embora não tenham sido calculados.

O capital regulatório de cada banco no *Basel III* deverá composto pelos seguintes elementos:

- Capital tier 1:

a. Capital próprio ordinário tier 1.

b. Capital adicional tier 1.

- Capital tier 2.

- Capital total é a soma do capital tier 1 e do capital tier 2 (tem de ser no mínimo 8,0% dos ativos ponderados pelo risco a qualquer momento).

3.1. CAPITAL PRÓPRIO ORDINÁRIO TIER 1

O capital próprio ordinário tier 1 deve ser composto pela soma dos seguintes elementos:

- Ações ordinárias emitidas pelo banco, como sociedade anónima (ou o equivalente para entidades bancárias que não sejam sociedades anónimas, ex. caixas económicas e associações mutualistas).
- Prémio de emissão das ações ordinárias.
- Lucros acumulados (incluindo lucros de resultados trimestrais e semestrais).
- Outras reservas acumuladas e declaradas (legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos, de conversão cambial e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras).
- Parcela de reservas e dos resultados correspondentes a ativos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a perdas que contam como elemento negativo dos fundos próprios de base. Devem ser deduzidas caso estejam associadas a ganhos.
- Interesses minoritários (ações ordinárias emitidas por subsidiárias consolidadas do banco e detidas por terceiros).
- Os dividendos devem ser retirados do capital próprio ordinário tier 1, pois são pagamentos a fazer aos acionistas.
- Diferenças negativas da primeira consolidação. Caso positivas, devem ser deduzidas.
- Diferenças negativas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial, originadas no processo de consolidação. Caso positivas, devem ser deduzidas.
- Ajustamentos (deduções) regulatórios aplicados no cálculo do capital próprio ordinário tier 1.
 - Goodwill e outros ativos intangíveis⁵.
 - Ativos por imposto diferido que dependem em lucros futuros⁶.
 - Reservas para *hedge* de *cash-flows* devem ser deduzidas se forem positivas e somadas se forem negativas, quando os respetivos itens não se encontram registados ao justo valor.
 - Redução de provisões para perdas esperadas no futuro.
 - Ganhos nas vendas de securitizações.
 - Ganhos ou perdas não realizadas resultantes de mudanças no justo valor de passivo por causa da mudança das estimativas de risco de crédito do banco.

⁵ Deve ser líquido de quaisquer impostos diferidos associados.

⁶ Deve ser líquido de quaisquer impostos diferidos associados.

- Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos.
- Investimentos em ações próprias (*treasury stock*).
- Investimentos recíprocos em entidades bancárias, financeiras e de seguros, quando o banco possui mais de 10% do capital da outra entidade.
- Investimentos em afiliadas ou quando o banco possui mais de 10% do capital da outra entidade.
- Em vez de dedução total, alguns itens são reconhecidos (cada um) até ao valor de 10% do capital próprio ordinário tier 1 depois de deduzidos todos os itens mencionados acima:
 - Investimentos de mais de 10% no capital de entidades bancárias, financeiras e de seguros, não-consolidadas.
 - MSR (*Mortgage Servicing Rights*)⁷
 - Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias.
 - No dia 1/1/2013, o total destes itens deverá ser deduzido no montante que excede 15% do capital próprio ordinário depois de todas as outras deduções e no dia 1/1/2018, o total destes itens deverá ser deduzido no montante que excede 15% do capital próprio ordinário (CET1) após todas as deduções incluindo estes três itens.
 - O montante total destes três itens que não for deduzido, deverá ter uma ponderação de risco de 250%.
- Algumas exposições descobertas sem *rating* de securitização, bem como exposições de capital pela abordagem de PD/LGD, transações falhadas de entrega contra pagamento e investimentos consideráveis em entidades comerciais que eram deduzidas a 50% cada do tier 1 e tier 2 no *Basel II*, terão uma ponderação de risco de 1250% no *Basel III*.

3.2. CAPITAL ADICIONAL TIER 1

O capital adicional tier 1 deve ser composto pela soma dos seguintes elementos:

- Instrumentos⁸ emitidos pelo banco que podem ser considerados como tier 1 (mas que não estejam incluídos no capital próprio ordinário tier 1).
- Prémio de emissão dos instrumentos emitidos pelo banco que podem ser considerados como tier 1.
- Interesses minoritários nesses instrumentos que podem ser considerados como tier 1.
- Ajustamentos regulatórios aplicados no cálculo do capital adicional tier 1.

3.3. CAPITAL TIER 2

O capital tier 2 deve ser composto pela soma dos seguintes elementos:

- Instrumentos⁹ emitidos pelo banco que não podem ser considerados como tier 1.

⁷ *Mortgage Servicing Rights* são os direitos comprados por uma empresa para cobrar as prestações de empréstimos e de hipotecas com o prestador ou banco que cedeu o empréstimo ao cliente.

⁸ Por exemplo, dívida subordinada perpétua, com opção de *call* após mínimo de 5 anos de emissão.

- Prémio de emissão dos instrumentos emitidos pelo banco que não podem ser considerados como tier 1.
- Interesses minoritários nesses instrumentos que não podem ser considerados como tier 1.
- Certos tipos de provisões para perdas futuras, que no presente não podem ser calculadas, até um máximo de 1,25 % de ativos ponderados pelo risco calculado pelo método padrão e 0,6% de ativos ponderados pelo risco no caso de bancos que usem métodos de notações internas.
- Ajustamentos regulatórios aplicados no cálculo do capital tier 2.

3.4. ALMOFADA (*BUFFER*) DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL

O *Basel III* recomendou uma almofada (*buffer*) de conservação de capital de 2,5% que deverá ser introduzida faseadamente a partir de 1 de Janeiro de 2016 e estará completa em 1 de Janeiro de 2019. Esta almofada deverá ser composta por capital próprio tier 1 após as respetivas deduções, com restrições nos dividendos, compra de ações próprias, outros pagamentos feitos nos instrumentos de capital que compõem o capital próprio tier 1 e bónus discricionários.

Esta almofada quando totalmente implementada no dia 1 de Janeiro de 2019 aumentará o capital próprio tier 1 para 7%. Qualquer banco que esteja abaixo desse nível de 7% terá de reter uma percentagem dos lucros que pretendia distribuir no capital próprio¹⁰.

Em fases de expansão de crédito, os reguladores do país podem pedir aos bancos para manter uma almofada adicional (*buffer*) de capital contra cíclico de 2,5% que deverá também ser implementada a partir de 1 de Janeiro de 2016 faseadamente até 1 de Janeiro de 2019, que quando combinada com a almofada de conservação de capital, aumentará o capital próprio tier 1 para 9,5% em 1-1-2019.

As tabelas abaixo mostram a retenção a ser feita nos lucros distribuíveis caso o banco desça abaixo dos limites mínimos prescritos nas almofadas.

Tabela 1: Standard Mínimo de Conservação de Capital

RÁCIO DE CAPITAL PRÓPRIO ORDINÁRIO TIER 1	RÁCIO MÍNIMO DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL (% DE LUCROS)
4,50% - 5,125%	100%
>5,125% - 5,75%	80%
>5,75% - 6,375%	60%
>6,375% - 7,00%	40%
>7,00%	0%

Fonte: www.regulatorycapitalreformbaseliii_nicolaidess032311.pdf

⁹ Por exemplo, instrumentos de dívida com maturidade mínima inicial de 5 anos mas não perpétuos.

¹⁰ Isto implica que os bancos terão de manter o CET 1 acima dos 7% para poder efetuar distribuições de lucros aos instrumentos que compõem o capital próprio e pagamento de bónus aos seus executivos de topo. Isto visa controlar os pagamentos de bónus aos executivos de bancos com prejuízos, como aconteceu no passado.

Tabela 2: Standard Mínimo de Conservação de Capital (Com 2,5% de Capital Contra Cíclico)

RÁCIO DE CAPITAL PRÓPRIO ORDINÁRIO TIER 1	RÁCIO MÍNIMO DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL (% DE LUCROS)
4,50% - 5,75%	100%
>5,75% - 7,00%	80%
>7,00% - 8,25%	60%
>8,25% - 9,50%	40%
>9,50%	0%

Fonte: www.regulatorycapitalreformbaseliii.nicolaidess032311.pdf

3.5. ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

Os ativos ponderados pelo risco podem ser calculados por dois métodos¹¹:

- Método 1: Risco de crédito: Abordagem padrão
- Método 2: Risco de crédito: Abordagem baseada nas notações internas (IRB)

3.5.1 MÉTODO 1: RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM PADRÃO PARA ITENS NO BALANÇO, FORA DO BALANÇO E PASSIVOS CONTINGENTES¹²

Tabela 3: Itens do Balanço e de Fora do Balanço Com Respetivos Pesos de Risco

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos	0%
Investimentos comerciais e outros investimentos ¹³	100% a 600%
Empréstimos líquidos ¹⁴	100%
Juros a receber nos empréstimos líquidos	100%
Contas a receber e outros ativos	100%
Ativos fixos líquidos	100%
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano)	20%
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%

Fonte: <http://kdid.org/microfinance-financial-reporting-standards-draft-public-comment/a1-calculating-risk-weighted-assets>

¹¹ Não houve grande alteração nos métodos de cálculo dos ativos ponderados pelo risco entre o *Basel II* e o *Basel III* (ver DAS, Sonali; SY, Amadou N.R. – How risky are banks' risk weighted assets? Evidence from the financial crisis. *IMF Working Paper WP/12/36*, (2012), p. 7). As alterações no peso de risco tiveram lugar nos empréstimos imobiliários a particulares e entidades comerciais de alta volatilidade, ativos com atraso em cobrança, instrumentos estruturados e investimentos em ações de terceiros.

¹² Este estudo usou o método padrão para todos os bancos Portugueses analisados, de forma a obter resultados uniformes.

¹³ O peso depende do tipo de investimento (menor para investimentos soberanos e maior para investimentos por empresas). Algumas corporações multilaterais podem ter um peso de risco de 0%. Para este estudo, o peso de risco foi considerado como 100%, quando não havia informação detalhada.

¹⁴ Alguns empréstimos imobiliários ao público podem ter um peso de risco de 150% a 200%. Os respetivos pesos de vários ativos foram enumerados na tabela 4.

As alterações no cálculo do peso de risco (em percentagem) entre o *Basel II* e o *Basel III* são as seguintes:

- Crédito à habitação a particulares
- Empréstimos imobiliários de alta volatilidade a entidades comerciais
- Ativos com atraso em cobrança
- Instrumentos estruturados
- Investimentos em ações de terceiros
- Itens fora do balanço.

Tabela 4: Crédito à Habitação a Particulares

EMPRÉSTIMOS DE CATEGORIA 1	EMPRÉSTIMOS DE CATEGORIA 2	
<ul style="list-style-type: none"> • Termo ≤ 30 anos • Pagamento periódico de prestações • Sem aumento de capital, diferimentos ou pagamentos balão • Contratação e capacidade de pagamento com base no capital, juros, taxas, seguros e rendimentos comprovados • Alterações de taxa de juros limitada a 2% por ano e ao máximo de 6% durante a vida do empréstimo • Empréstimos com menos de 90 dias de atraso 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os outros tipos de crédito à habitação a particulares 	
Empréstimo/Valor (%)	Peso de Risco¹⁵	
	Categoria 1	Categoria 2
$\leq 60\%$	35%	100%
$>60\%$ a $\leq 80\%$	50%	100%
$>80\%$ a $\leq 90\%$	75%	150%
$>90\%$	100%	200%

Fonte: http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation_on_Basel_III_and_Standardized_Approach_NPRs.pdf

¹⁵ Onde as categorias de empréstimos não estavam bem definidas nos relatórios anuais de contas do banco, foi usado um peso de risco de 100%.

Tabela 5: Empréstimos Imobiliários de Alta Volatilidade a Entidades Comerciais

ATIVOS IMOBILIÁRIOS COMERCIAIS	PESO DE RISCO	
	100%	150%
Edifício de escritório ocupado pelo proprietário	√	
Edifício de escritório não ocupado pelo proprietário	√	
Edifício fabril/produção industrial	√	
Aquisição, desenvolvimento e construção de propriedades imobiliárias para residência de particulares	√	
Aquisição, desenvolvimento e construção de propriedades imobiliárias para residência de particulares com rácio de empréstimo/valor de $\geq 90\%$		√

Fonte: http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation_on_Basel_III_and_Standardized_Approach_NPRs.pdf

Tabela 6: Ativos Com Atraso em Cobrança

ATIVOS COM ATRASO > 90 DIAS	PESO DE RISCO
Para todo o tipo de investimentos ou empréstimos feitos pelo banco (exceto empréstimos imobiliários a particulares e de alta volatilidade a entidades comerciais)	150%

Fonte: http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation_on_Basel_III_and_Standardized_Approach_NPRs.pdf

Tabela 7: Investimentos em Ações de Terceiros

INVESTIMENTO	PESO DE RISCO						
	0%	20%	100%	250%	300%	400%	600%
Ações de banco central do país	√						
Ações de banco central de desenvolvimento imobiliário (ou de crédito à habitação)		√					
Ações de outros bancos de desenvolvimento comunitário			√				
Ações de instituição financeira não consolidada*				√			
Ações de empresas cotadas na bolsa de valores*					√		
Ações de empresas não cotadas na bolsa de valores*						√	
Ações de fundo de <i>hedging</i> ou qualquer empresa de investimento com alavancagem elevada*							√

* Pode-se usar um peso de risco de 100% caso o valor não exceda 10% do capital total do banco.

Fonte: http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation_on_Basel_III_and_Standardized_Approach_NPRs.pdf

Tabela 8: Itens Fora do Balanço

ITEM FORA DO BALANÇO	PESO DE RISCO		
	0%	20%	50%
Parte não usada dos compromissos que pode ser incondicionalmente cancelada pelo banco	√		
Compromissos com maturidade inicial de ≤ 1 ano que não podem ser cancelados		√	
Compromissos com maturidade inicial de > 1 ano que não podem ser cancelados			√

Fonte: http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation_on_Basel_III_and_Standardized_Approach_NPRs.pdf

3.5.2 MÉTODO 2: RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM BASEADA NAS NOTAÇÕES INTERNAS

Este método baseado numa classificação das notações internas feita pelo próprio banco é mais adaptável às pequenas instituições financeiras cujos empréstimos são geralmente de microcrédito. Embora seja de aplicação mais fácil, resultará em vastas diferenças não comparáveis entre os bancos do mesmo país, pois cada instituição adaptará um método e peso de risco diferente que mais se ajusta às suas necessidades e tipo de ativos no seu balanço. Este método envolve o cálculo do *stressed Value-At-Risk* com base no percentil 99º do portfólio de crédito atual com base nos 10-dias seguintes. O objetivo é de avaliar a capacidade dos bancos de absorver as grandes perdas potenciais e identificar meios que o banco pode usar para reduzir essas perdas e conservar o seu capital. Das e Sy (2012) defendem o uso de um método padrão para obter maior uniformidade e comparabilidade de vários bancos no mesmo país.

Alguns bancos Portugueses foram selecionados para recapitalização pela EBA para reforçar a estabilidade do sistema financeiro do país. Todos os bancos tiveram também de constituir um *buffer* temporário de capital para atingir um requisito mínimo de rácio core tier 1 de 9% para o final de 2011 e de 10% para o final de 2012, em base consolidada. O cálculo do rácio core tier 1 neste caso é feito de acordo com o regulamento do aviso 6/2010 do Banco de Portugal (que define o total dos fundos próprios da instituição financeira) e os ativos ponderados pelo risco (calculados como requisitos de fundos próprios¹⁶ x 12,5 vezes) e onde o rácio de solvabilidade é o rácio core tier 1 calculado pelos fundos core tier 1 a dividir pelos ativos ponderados pelo risco segundo a instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal. Este método visa principalmente reforçar a comparabilidade e transparência da informação, especialmente no que se refere à qualidade de crédito e não foi usando neste estudo, pois é baseado no *Basel II* que está a ser substituído pelo *Basel III*.

¹⁶ Segundo o artigo 7º alínea 1 do decreto-lei nº 104/2007, de 3 de Abril, que se baseia no nível de risco das atividades do banco (risco de crédito, risco da carteira de negociação, risco cambial, risco de liquidação, risco de mercadoria, risco operacional, risco-país, etc.) e não no valor das rúbricas do ativo ponderadas pela percentagem de risco, conforme sugerido pelo BCBS.

O valor de rácio core tier 1 obtido por este método é diferente do valor obtido usando as recomendações do *Basel III*¹⁷. É também diferente do rácio core tier 1 obtido pelo método sugerido pela EBA. Alguns bancos Portugueses também demonstraram a sua resiliência usando o método de cálculo de capital tier 1 sugerido pela EBA.

Segundo a Caixa Geral de Depósitos, o *Basel III* deverá ser implementado obrigatoriamente a partir de 2014 ou anos seguintes na forma do CRD IV (páginas 529 e 530 do relatório anual de contas de 2012 do CGD). Até lá, os bancos Portugueses continuarão a seguir o aviso 6/2010 ou qualquer outro emitido para o efeito pelo Banco de Portugal, que usa o método de notações internas baseado no *Basel II*.

3.6. RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ (LCR)

Este novo rácio introduzido no *Basel III* estipula que o banco deve manter ativos de alta qualidade sem quaisquer constrangimentos, que sejam suficientes para cobrir 100% (ou mais) das saídas de dinheiro dos próximos 30 dias num cenário de *stress* estipulado.

A fórmula para calcular o LCR é:

$$\text{LCR} = \frac{\text{Stock de ativos de alta qualidade}}{\text{Total líquido das saídas de dinheiro nos próximos 30 dias}} > 100\%$$

O numerador consiste no *stock* de ativos de alta qualidade e é dividido entre os ativos de nível 1 (que são considerados a 100% nos cálculos) e os ativos de nível 2 (que são totalizados a 40% de todos os ativos líquidos de alta qualidade do banco e sujeitos a uma dedução de 15%, ou seja apenas 85% do seu total pode ser usado no cálculo).

Os ativos de alta qualidade são os mais líquidos que o banco possui, ou seja, disponibilidades e outros ativos que podem ser facilmente e imediatamente convertidos em dinheiro sem ou com custos baixos. Estes ativos têm de ter um risco de crédito e de mercado baixo, podem estar cotados numa bolsa de valores ou ter uma correlação baixa com ativos de risco. Não podem estar hipotecados para assegurar, como colateral ou para aumentar a credibilidade de alguma transação financeira.

Os ativos de nível 1 são os ativos em forma de disponibilidades, reservas com o banco central do país¹⁸, valores mobiliários que estejam representados por garantias soberanas, de bancos centrais, do BIS, IMF e outras instituições que satisfaçam as condições mencionadas pelo BCBS nas suas recomendações para o *Basel III* (Dezembro 2010).

¹⁷ Mesmo entre o rácio core tier 1 calculado segundo as normas previstas pelo Banco de Portugal e a EBA há uma diferença, pois o Banco de Portugal usa o rácio mencionado no aviso nº 6/2010 e a EBA requer a dedução das participações do banco nas empresas de seguros e de crédito bem como a dedução do *buffer* temporário da EBA.

¹⁸ Até ao limite que podem ser retiradas do banco central em situações de *stress*.

Os ativos de nível 2, que estão limitados a 40% do total dos ativos líquidos de alta qualidade do banco, calculados a 85% do seu valor total, estão limitados a valores mobiliários emitidos ou garantidos por bancos centrais, soberanias, títulos de dívidas de empresa que tenham uma ponderação de risco de 20% ou *rating* de AA- ou superior.

O denominador é o valor total das saídas estimadas de dinheiro menos as entradas estimadas de dinheiro (onde as entradas podem ser no máximo equivalentes a 75% das saídas).

Este rácio deverá ser implementado a partir de 1-1-2015 e por isso não foi calculado para os bancos analisados neste estudo.

3.7. RÁCIO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO ESTÁVEL (NSFR)

Este rácio foi desenvolvido para assegurar a liquidez dos bancos a médio e a longo prazo. Segundo esta recomendação, os ativos a longo prazo devem ser financiados com pelo menos o mínimo montante dos passivos estáveis em relação ao perfil de risco de liquidez num horizonte de um ano. O rácio pode ser definido pela seguinte fórmula:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Montante de financiamento estável disponível}}{\text{Montante de financiamento estável necessário}} > 100\%$$

O montante de financiamento estável disponível (numerador) é composto pelos seguintes itens de passivo:

Tabela 9: Numerador do Rácio de Financiamento Líquido Estável

TIPO DE PASSIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO
Capital tier 1 e tier 2 e outro capital próprio ≥ 1 ano	100%
Outros passivos com maturidade efetiva ≥ 1 ano	100%
Depósitos estáveis de PME e clientes de retalho (sem maturidade ou com maturidade residual < 1 ano)	90%
Depósitos pouco estáveis de PME e clientes de retalho (sem maturidade ou com maturidade residual < 1 ano)	80%
Financiamento bruto de clientes empresariais, bancos centrais soberanos, bancos de desenvolvimento multilateral e empresas estatais com maturidade < 1 ano	50%

Fonte: Basel Committee on Banking Supervision - Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring. Bank for International Settlements (2010).

O montante de financiamento estável necessário (denominador) é composto pelos seguintes itens de ativo:

Tabela 10: Denominador do Rácio de Financiamento Líquido Estável

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO
Disponibilidades	0%
Dívida emitida ou garantida por soberanias, bancos centrais, BIS, IMF, EC, bancos de desenvolvimento multilateral com peso de risco de 0%	5%
Títulos de dívida de empresas com <i>rating</i> de AA- ou superior, com peso de risco de 20% e maturidade \geq 1 ano	20%
Títulos de dívida de empresas com <i>rating</i> de A+ a A- e maturidade \geq 1 ano, ouro, ações ordinárias	50%
Empréstimos a clientes empresariais não financeiros, soberanias, bancos centrais, empresas estatais com maturidade $<$ 1 ano	50%
Empréstimos imobiliários não hipotecários de qualquer maturidade e outros empréstimos não hipotecários	65%
Outros empréstimos a clientes de retalho e PME com maturidade $<$ 1 ano	85%
Todos outros empréstimos com maturidade \geq 1 ano	100%
Montante de crédito comprometido não usado e facilidades de liquidez	5%

Fonte: Basel Committee on Banking Supervision - Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring. Bank for International Settlements (2010).

Este rácio será implementado a partir de 1-1-2018 e por isso não foi calculado para os bancos analisados neste estudo.

Embora o *Basel III* permita também o uso de dois métodos, o método padrão e o método de notações internas, em ambos métodos, as recomendações visam reforçar a qualidade do capital próprio em comparação com o que tinha sido recomendado no *Basel II*.

4. METODOLOGIA

Usando os balanços patrimoniais publicados dos bancos associados domésticos e das sucursais e filiais das instituições bancárias estrangeiras (quando disponíveis publicamente) para o ano findo em 31-12-2012, foi feita uma análise para 1-1-2013 dos seguintes rácios propostos pelo BCBS no seu documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (2010) (anexo 9.2) para cada um dos bancos Portugueses que tinham dados publicados.

Para efetuar uma comparação de todos os bancos, foi usado o método padrão e não o método de notações internas (IRB) que é o método recomendado pelo Banco de Portugal segundo o seu aviso nº 6/2010 (baseado no *Basel II*). Segundo as notações internas, os bancos individuais calculam o seu risco de crédito, risco operacional, risco da carteira de negociação, risco cambial, risco de liquidação, risco de mercadoria, risco operacional, risco-país, etc. e estimam a sua necessidade total de fundos. Os ativos ponderados pelo risco são então calculados como 12,5 vezes o valor do requerimento total de fundos. Para 31-12-2012, o rácio tier 1 calculado por este método tinha de ter um valor mínimo de 10%.

Usando o método padrão, todos os bancos estarão no mesmo nível de comparação e pode-se assim chegar a uma conclusão mais justa, eliminando o peso ou influência que certos investimentos ou diferentes setores de atividade podem ter nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco.

Este estudo usou o cálculo individual dos seguintes valores e rácios como metodologia:

- Ativos ponderados pelo risco usando o método padrão (método 1)
- Capital próprio ordinário tier 1
- Capital adicional tier 1
- Capital tier 2
- Capital total
- Rácio tier 1
- Rácio tier 1 total
- Rácio capital total
- Comparação dos rácios atuais com os rácios mínimos e análise das hipóteses.

Foram usados os balanços e demonstrações de resultados consolidadas de todos os bancos (apenas no caso do Banco Popular e o Banco BIC, foi usado o balanço e demonstração de resultados individual por não haver contas consolidadas). Os balanços dos bancos foram reproduzidos num formato uniforme no capítulo 9 deste trabalho.

4.1 CÁLCULO DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO USANDO O MÉTODO PADRÃO (MÉTODO 1):

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco usando o método padrão do *Basel III* (também referido como o método 1) foi descrito no ponto 3.5.1 do capítulo 3 deste trabalho.

Usando um *spreadsheet* de Excel, os valores do balanço foram reproduzidos e segregados pelos respetivos pesos de risco (tabelas 3, 4, 5, 6 e 7). Foi necessário segregar algumas rúbricas do balanço dos bancos Portugueses para ajustar às recomendações feitas pelo *Basel III* e os ajustamentos foram feitos segundo os pesos de risco recomendados.

A rúbrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais e as disponibilidades em outras instituições de crédito foram agregadas no peso de risco de 0%, por não haver uma descrição mais detalhada dos componentes desses ativos.

Os empréstimos líquidos (e os juros a receber) também não estavam segregados por categoria 1 e 2 (segundo as tabelas 4 e 5) e por isso foram usados com um peso universal de risco de 100%.

Os investimentos em ações de terceiros, incluídos nos ativos financeiros ao justo valor pela demonstração de resultados e nos ativos financeiros detidos para venda tiveram uma ponderação de risco de 300% (tabela 7) assumindo que são na sua maioria em ações cotadas na bolsa, pois não havia informação detalhada por tipo de investimento feito.

Os outros investimentos dos bancos, nomeadamente os ativos financeiros detidos para negociação, instrumentos de dívida e outros ao justo valor pela demonstração de resultados e detidos para venda, aplicações em instituições de crédito, outros investimentos detidos até à maturidade, investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e ativos não correntes detidos para venda tiveram uma ponderação de risco de 100%.

Os ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, ativos por impostos correntes e por impostos diferidos e outros ativos também tiveram uma ponderação de risco de 100%.

Os ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias devem ser reconhecidos a partir de 1-1-2013 até um limite máximo de 15% do capital tier 1 após todas as outras deduções sendo o resto deduzido no cálculo do capital tier 1. Os ativos até ao limite de 15% do capital tier 1 (que não são deduzidos do capital tier 1) têm de ter uma ponderação de risco de 250%.

Os itens de fora do balanço e passivos contingentes com menos de um ano devem ter uma ponderação de risco de 20% e os com mais de um ano, uma ponderação de risco de 50%. Dado que os bancos Portugueses não segregam corretamente estas rúbricas, foi

usada uma ponderação universal de 50%. Estes itens estão geralmente mencionados nas notas explicativas às demonstrações financeiras como rúbricas extrapatrimoniais.

A soma de todos os ativos multiplicados pela percentagem de risco resulta nos ativos ponderados pelo risco, que é o denominador de todos os rácios usados neste estudo.

4.2 CÁLCULO DO CAPITAL TIER 1:

O cálculo do capital tier 1 usando o método padrão do *Basel III* (também referido como o método 1) foi descrito no ponto 3.1 do capítulo 3 deste trabalho. O cálculo foi feito no mesmo *spreadsheet* de Excel usado acima em 4.1.

O capital tier 1 consiste na soma do capital emitido (ou instrumentos equivalentes no caso das caixas económicas e associações mutualistas), prémio de emissão, lucros acumulados, outras reservas acumuladas e declaradas, reservas de perdas de ativos por impostos diferidos, interesses minoritários no capital do banco, diferenças negativas da primeira consolidação e diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial.

Da soma são deduzidos os ajustamentos regulatórios que incluem o goodwill e outros ativos intangíveis, ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros, reservas de *cash flow hedge*, redução de provisões para perdas futuras estimadas, ganho na venda de securitizações, ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito, ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos, investimentos em ações próprias (*treasury stock*).

São também deduzidos os investimentos recíprocos em outras entidades financeiras e investimentos em afiliadas e associadas acima do limite de 10%.

Os ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, investimentos em outras instituições financeiras e MSR devem ser reconhecidos a partir de 1-1-2013 até ao limite máximo de 15% do capital tier 1 depois de todas as deduções mencionadas acima e o excesso deve ser deduzido no cálculo.

O valor líquido obtido é o capital tier 1 (CET 1).

4.3 CÁLCULO DO CAPITAL ADICIONAL TIER 1:

O cálculo do capital adicional tier 1 usando o método padrão do *Basel III* (também referido como o método 1) foi descrito no ponto 3.2 do capítulo 3 deste trabalho. O cálculo foi feito no mesmo *spreadsheet* de Excel usado acima em 4.1.

O capital adicional tier 1 consiste nos instrumentos emitidos e não considerados como parte do capital tier 1 acima. No caso dos bancos Portugueses, esta rúbrica é composta pela dívida subordinada perpétua, com opção de *call* após mínimo de 5 anos de emissão. São também somados os prémios de emissão e interesses minoritários nestes instrumentos e do total são deduzidos os ajustamentos regulatórios. Os ajustamentos regulatórios são deduções específicas das emissões de instrumentos financeiros.

O valor líquido obtido é o capital adicional tier 1 (CET 1). O capital tier 1 total é a soma do capital tier 1 e do capital tier 1 adicional.

4.4 CÁLCULO DO CAPITAL TIER 2:

O cálculo do capital tier 2 usando o método padrão do *Basel III* (também referido como o método 1) foi descrito no ponto 3.3 do capítulo 3 deste trabalho. O cálculo foi feito no mesmo *spreadsheet* de Excel usado acima em 4.1.

O capital tier 2 consiste na soma dos instrumentos emitidos que não podem ser considerados como parte do capital tier 1 total e no caso dos bancos Portugueses incluem os instrumentos de dívida não perpétua com maturidade inicial de cinco anos no mínimo, não sendo obrigatório que na data de cálculo (1-1-2013) o tempo restante de vida seja de cinco anos completos, o prémio de emissão, interesses minoritários, provisões para perdas estimadas, até ao limite máximo de 1,25% dos ativos ponderados pelo risco menos os ajustamentos regulatórios específicos aos respetivos instrumentos de dívida.

O valor líquido obtido é o capital tier 2 (CET 2). O capital total é a soma do capital tier 1 e do capital tier 2.

4.5 RÁCIO TIER 1:

O rácio tier 1 é calculado em percentagem pela fórmula:

$$\text{CET 1} = \frac{\text{Capital tier 1}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco}}$$

4.6 RÁCIO TIER 1 TOTAL:

O rácio tier 1 total é calculado em percentagem pela fórmula:

$$\text{CET 1} = \frac{\text{Capital tier 1} + \text{Capital Adicional tier 1}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco}}$$

4.7 RÁCIO CAPITAL TOTAL:

O rácio de capital total é calculado em percentagem pela fórmula:

$$\text{CET 1} = \frac{\text{Capital tier 1} + \text{Capital Adicional tier 1} + \text{Capital tier 2}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco}}$$

4.8 COMPARAÇÃO DOS RÁCIOS ATUAIS COM MÍNIMOS RECOMENDADOS E ANÁLISE DE HIPÓTESES:

Depois de calcular todos os rácios pelo método padrão, usando os valores de ativos ponderados pelo risco de 31-12-2012 como base fixa e os valores de capital tier 1, capital tier 1 adicional e capital tier 2 também de 31-12-2012 como numeradores respetivamente, os resultados atuais em percentagem foram comparados com os valores mínimos recomendados pelo *Basel III* (anexo 8.2) para todos os anos desde 2013 até 2019.

Os bancos que excederam os valores mínimos recomendados enquadraram na hipótese 1 (os bancos Portugueses individualmente usando o método padrão conseguiram satisfazer os rácios recomendados pelo BCBS no *Basel III* em todos os anos entre 2013 e 2019, usando os ativos de 31-12-2012 ponderados pelo risco como base).

Os bancos em que pelo menos um valor atual era menor que os valores mínimos recomendados pelo *Basel III* enquadraram na hipótese 2 do estudo (os bancos Portugueses individualmente usando o método padrão não conseguiram satisfazer os rácios recomendados pelo BCBS no *Basel III* para todos ou alguns dos anos entre 2013 e 2019, usando os ativos de 31-12-2012 ponderados pelo risco como base).

Foi também divulgada a informação dada pelos respetivos bancos sobre os seus cálculos usando o método de notações internas (IRB) prescrito pelo Banco de Portugal no seu aviso nº 6/2010, para comparação e para provar como os métodos de notações internas de vários bancos não são comparáveis por serem influenciados pelas diferenças de importância dada a vários investimentos e tipos de ativos.

5. RESULTADOS

Este estudo inclui catorze bancos que operam em Portugal e que publicam os relatórios anuais de contas:

- Banco Português de Investimento, S.A. (BPI)
- Banco Comercial Português, S.A. (BCP)
- Banco Espírito Santo, S.A. (BES)
- Caixa Económica Montepio Geral (Montepio)
- Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD)
- Banco Finantia, S.A. (Finantia)
- Banco Internacional do Funchal, S.A. (BANIF)
- Banco de Investimento Global, S.A. (BIG)
- Banco Invest, S.A. (Invest)
- Banco Itaú BBA Internacional, S.A. (Itaú)
- Banco Popular, S.A. (Popular)
- Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta)
- Crédito Agrícola, S.A. (Crédito Agrícola)
- Banco BIC Português, S.A. (BIC)

A análise foi feita separadamente para cada banco usando o método padrão recomendado pelo BCBS, calculando primeiro o valor dos ativos ponderados pelo risco, capital tier 1, capital tier 1 adicional, capital tier 1 total, capital tier 2 e capital total e depois os rácios de capital mínimo mencionados no capítulo 3 para 1-1-2013. Alguns bancos conseguem atingir as recomendações mínimas do *Basel III* até 1-1-2019 com base nos valores que detêm no balanço de 2012 e foram assim enquadrados na hipótese 1.

Os bancos que não satisfazem as recomendações mínimas do *Basel III* para todos ou algum dos anos entre 2013 e 2019 terão de optar por um aumento de capital por nova emissão de instrumentos financeiros ou por um aumento de *spreads* ou por uma redução dos ativos ponderados pelo risco, contraindo o crédito aos seus clientes. Esses bancos enquadram na hipótese 2 deste estudo.

Em 2012, os bancos Portugueses optaram por usar o aviso 6/2010 do Banco de Portugal que é baseado no *Basel II* e no método das notações internas (IRB) e não pelo método padrão.

Os respetivos resultados estão em cada uma das tabelas individuais dos bancos analisados. O rácio declarado pelos respetivos bancos usando o método do aviso 6/2010 também foi dado para uma maior compreensão da diferença entre o uso de um método padrão que compara todos os bancos e um método de notações internas em que cada banco decide os seus rácios usando parâmetros únicos e incomparáveis com outros bancos.

5.1. BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, S.A (BPI)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 11: Ativos Ponderados pelo Risco do BPI Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	3.433.530	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	12.002.250	12.002.250
Empréstimos líquidos ¹⁹	100%	27.345.473	27.345.473
Juros a receber nos empréstimos líquidos ²⁰	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	276.656	691.640
Contas a receber e outros ativos	100%	1.005.415	1.005.415
Ações e outros títulos de rendimento variável ²¹	300%	290.568	871.704
Ativos fixos líquidos	100%	210.689	210.689
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ²²	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	4.937.204	2.468.602
TOTAL			44.595.773

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

¹⁹ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

²⁰ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

²¹ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Inclui derivados sobre ações.

²² Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 12: Capital Tier 1 do BPI em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	1.198.558	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	249.135	
Outras reservas acumuladas e declaradas	786.175	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	352.662	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-507.614	
TOTAL	2.078.916	2.078.916
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	14.017	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	18.272	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	202.255	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (1.844.372 * 15% = 276.656)(536.546-276.656)	259.890	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	494.434	-494.434
CAPITAL TIER 1 (A)		1.584.482

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: Capital Tier 1 Adicional do BPI em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		1.584.482

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14: Capital Tier 2 do BPI em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	1.356.610	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	1.356.610	1.356.610
CAPITAL TOTAL (1+2)		2.941.092

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 15: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BPI em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	3,55	3,55	6,60
VALOR ATUAL (000 €)	1.584.482	1.584.482	2.941.092
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	1.560.852	2.006.810	3.567.662
(DÉFICE) /EXCESSO	23.630	(422.328)	(626.570)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco BPI excede o marginalmente o rácio mínimo recomendado CET 1, mas tem um défice no rácio CET 1 total e no rácio de capital total, não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Banco BPI optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 14,9% para 31-12-2012 (nota 4.50 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.2. BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A (BCP)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 16: Ativos Ponderados pelo Risco do BCP Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	6.297.619	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	15.922.515	15.922.515
Ações e outros títulos de rendimento variável ²³	300%	1.106.447	3.319.341
Empréstimos líquidos ²⁴	100%	62.618.235	62.618.235
Juros a receber nos empréstimos líquidos ²⁵	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	457.947	1.144.868
Contas a receber e outros ativos	100%	2.714.878	2.714.878
Ativos fixos líquidos	100%	626.398	626.398
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ²⁶	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	14.970.291	7.485.146
TOTAL			93.831.380

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

²³ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Inclui derivados sobre ações.

²⁴ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

²⁵ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

²⁶ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 17: Capital Tier 1 do BCP em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	3.509.853	
Prémio de emissão	71.722	
Lucros acumulados	-1.219.053	
Outras reservas acumuladas e declaradas	852.689	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	628.014	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial		
TOTAL	3.843.225	3.843.225
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	259.054	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	14.212	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	516.980	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (3.052.979 * 15% = 457.947)(1.755.411-457.947)	1.297.464	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	2.087.710	-2.087.710
CAPITAL TIER 1 (A)		1.755.515

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18: Capital Tier 1 Adicional do BCP em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	171.175	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	171.175	171.175
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		1.926.690

Fonte: Elaboração própria

Tabela 19: Capital Tier 2 do BCP em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	4.298.773	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	4.298.773	4.298.773
CAPITAL TOTAL (1+2)		6.225.463

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 20: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BCP em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	1,87	2,05	6,63
VALOR ATUAL (000 €)	1.755.515	1.926.690	6.225.463
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	3.284.098	2.006.810	3.567.662
(DÉFICE) /EXCESSO	(1.528.583)	(2.295.722)	(1.281.047)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco BCP tem um défice em todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*, não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Banco BCP optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 11,7% para 31-12-2012 (nota 54 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.3. BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A (BES)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 21: Ativos Ponderados pelo Risco do BES Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	7.485.136	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	19.579.648	19.579.648
Empréstimos líquidos ²⁷	100%	47.706.392	47.706.392
Juros a receber nos empréstimos líquidos ²⁸	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	728.905	1.822.263
Contas a receber e outros ativos	100%	3.681.193	3.681.193
Ações e outros títulos de rendimento variável ²⁹	300%	3.681.193	11.043.579
Ativos fixos líquidos	100%	931.622	931.622
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ³⁰	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	21.075.470	10.537.735
TOTAL			95.199.171

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

²⁷ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

²⁸ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

²⁹ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

³⁰ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 22: Capital Tier 1 do BES em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	5.040.124	
Prémio de emissão	1.069.517	
Lucros acumulados	96.101	
Outras reservas acumuladas e declaradas	1.328.630	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	669.445	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-686.666	
TOTAL	7.517.171	7.517.171
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	555.326	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	6.991	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	580.982	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (6.373.852 * 15% = 956.078)(728.905-956.078)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	1.143.299	-1.143.299
CAPITAL TIER 1 (A)		6.373.852

Fonte: Elaboração própria

Tabela 23: Capital Tier 1 Adicional do BES em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	222.584	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	222.584	222.584
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		6.596.436

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24: Capital Tier 2 do BES em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	1.356.610	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	1.356.610	1.356.610
CAPITAL TOTAL (1+2)		7.953.046

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 25: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BES em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	6,70	6,93	8,35
VALOR ATUAL (000 €)	6.373.852	6.596.436	7.953.046
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	3.331.971	4.283.963	7.615.934
(DÉFICE) /EXCESSO	3.041.881	2.312.473	337.112

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco BES supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, mas considerando a almofada de conservação de capital, o banco só satisfaz as recomendações até 1-1-2018. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 6,70%, 6,93% e 8,35% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

O Banco BES optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 10,4% para 31-12-2012 (nota explicativa 51 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.4. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL (MONTEPIO)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 26: Ativos Ponderados pelo Risco do Montepio Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	764.869	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	3.162.854	3.162.854
Empréstimos líquidos ³¹	100%	15.703.547	15.703.547
Juros a receber nos empréstimos líquidos ³²	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	225.013	562.533
Contas a receber e outros ativos	100%	580.610	580.610
Ações e outros títulos de rendimento variável ³³	300%	439.263	1.317.789
Ativos fixos líquidos	100%	96.575	96.575
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano)	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	2.040.117	1.020.059
TOTAL			22.443.966

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

³¹ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

³² Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

³³ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

Tabela 27: Capital Tier 1 do Montepio em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	1.295.000	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	42.099	
Outras reservas acumuladas e declaradas	297.997	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	6.957	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-22.083	
TOTAL	1.619.970	1.619.970
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	59.047	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	60.836	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (1.500.087 * 15% = 225.013)(265.987-225.013)	40.974	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	160.857	-160.857
CAPITAL TIER 1 (A)		1.459.113

Fonte: Elaboração própria

Tabela 28: Capital Tier 1 Adicional do Montepio em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	15.000	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	15.000	15.000
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		1.474.113

Fonte: Elaboração própria

Tabela 29: Capital Tier 2 do Montepio em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	467.120	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	467.120	467.120
CAPITAL TOTAL (1+2)		1.941.233

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 30: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Montepio em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	6,50	6,57	8,65
VALOR ATUAL (000 €)	1.459.113	1.474.113	1.941.233
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	785.539	1.009.978	1.795.517
(DÉFICE) /EXCESSO	673.574	464.135	145.716

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Montepio supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, mas considerando a almofada de conservação de capital, o banco só satisfaz as recomendações até 1-1-2018. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 6,50%, 6,57% e 8,65% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

O Montepio optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 10,59% para 31-12-2012 (nota 55 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.5. CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A (CGD)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 31: Ativos Ponderados pelo Risco do CGD Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	5.426.000	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	27.631.300	27.631.300
Empréstimos líquidos ³⁴	100%	74.714.000	74.714.000
Juros a receber nos empréstimos líquidos ³⁵	100%	0	0
Ações e outros títulos de rendimento variável ³⁶	300%	1.092.700	3.278.100
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	1.029.763	2.574.408
Contas a receber e outros ativos	100%	5.602.237	5.602.237
Ativos fixos líquidos	100%	1.430.000	1.430.000
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ³⁷	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	17.412.929	8.706.465
TOTAL			123.936.509

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

³⁴ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

³⁵ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

³⁶ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

³⁷ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 32: Capital Tier 1 do CGD em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	5.900.000	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	-363.000	
Outras reservas acumuladas e declaradas	979.000	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	985.000	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-190.000	
TOTAL	7.311.000	7.311.000
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	413.911	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	32.000	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (6.865.089 * 15% = 1.029.763)(1.514.000-1.029.763)	484.237	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	930.148	-930.148
CAPITAL TIER 1 (A)		6.380.852

Fonte: Elaboração própria

Tabela 33: Capital Tier 1 Adicional do CGD em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		6.380.852

Fonte: Elaboração própria

Tabela 34: Capital Tier 2 do CGD em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	2.889.000	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	2.889.000	2.889.000
CAPITAL TOTAL (1+2)		9.269.852

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 35: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o CGD em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	5,15	5,15	7,48
VALOR ATUAL (000 €)	6.380.852	6.380.852	9.269.852
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	4.337.778	5.577.143	9.914.921
(DÉFICE) /EXCESSO	2.043.074	803.709	(645.069)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o CGD supera os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* para o capital tier 1 e tier 1 total mas está marginalmente abaixo dos mínimos necessários para o capital total não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O CGD optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 11,2% para 31-12-2012 (nota 46 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.6. BANCO FINANTIA, S.A (Finantia)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 36: Ativos Ponderados pelo Risco do Finantia Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	340.378	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	1.434.627	1.434.627
Empréstimos líquidos ³⁸	100%	386.013	386.013
Juros a receber nos empréstimos líquidos ³⁹	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	17.416	43.540
Contas a receber e outros ativos	100%	59.739	59.739
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁴⁰	100%	6.392	6.392
Ativos fixos líquidos	100%	14.644	14.644
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁴¹	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	1.176.238	588.119
TOTAL			2.533.074

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

³⁸ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

³⁹ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁴⁰ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Como o investimento em ações e outros títulos de rendimento variável é menor que 10% do capital do banco, foi considerado um peso de risco de 100%.

⁴¹ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 37: Capital Tier 1 do Finantia em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	150.000	
Prémio de emissão	25.000	
Lucros acumulados	203.473	
Outras reservas acumuladas e declaradas		
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	220	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial		
TOTAL	378.693	378.693
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	1.671	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	6.590	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%		
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (370.432 * 15% = 55.565)(17.466-55.565)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	8.261	-8.261
CAPITAL TIER 1 (A)		370.432

Fonte: Elaboração própria

Tabela 38: Capital Tier 1 Adicional do Finantia em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		370.432

Fonte: Elaboração própria

Tabela 39: Capital Tier 2 do Finantia em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	130.411	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	130.411	130.411
CAPITAL TOTAL (1+2)		500.843

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 40: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Finantia em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	14,62	14,62	19,77
VALOR ATUAL (000 €)	370.432	370.432	500.843
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	88.658	113.988	202.646
(DÉFICE) /EXCESSO	281.774	256.444	298.197

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco Finantia supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, incluindo a almofada de conservação de capital a ser implementada a partir de 1-1-2016. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 14,62%, 14,62% e 19,77% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

O Banco Finantia optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 12,3% para 31-12-2012 (nota 35 das demonstrações consolidadas).

5.7. BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A (BANIF)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 41: Ativos Ponderados pelo Risco do BANIF Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	761.718	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	2.224.413	2.224.413
Empréstimos líquidos ⁴²	100%	9.815.981	9.815.981
Juros a receber nos empréstimos líquidos	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	20.304	50.760
Contas a receber e outros ativos	100%	529.059	529.059
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁴³	300%	333.793	1.001.379
Ativos fixos líquidos	100%	307.025	307.025
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁴⁴	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	1.049.345	524.673
TOTAL			14.453.290

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁴² Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁴³ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

⁴⁴ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rúbrica de itens a longo prazo.

Tabela 42: Capital Tier 1 do BANIF em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	570.000	
Prémio de emissão	104.565	
Lucros acumulados	-576.353	
Outras reservas acumuladas e declaradas	100.100	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	84.209	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-2.141	
TOTAL	280.380	280.380
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	26.264	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	124	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	118.630	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (135.362 * 15% = 20.304)(248.598-20.304)	228.294	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	373.312	-373.312
CAPITAL TIER 1 (A)		-92.932

Fonte: Elaboração própria

Tabela 43: Capital Tier 1 Adicional do BANIF em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	95.900	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	95.900	95.900
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		2.968

Fonte: Elaboração própria

Tabela 44: Capital Tier 2 do BANIF em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	228.114	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	228.114	228.114
CAPITAL TOTAL (1+2)		231.082

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 45: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BANIF em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	(0,64)	0,02	1,60
VALOR ATUAL (000 €)	(92.932)	2.968	231.082
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	505.865	650.398	1.156.263
(DÉFICE) /EXCESSO	(598.797)	(647.430)	(925.181)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o BANIF tem um défice em todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O BANIF optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 5,3% para 31-12-2012 para as contas não consolidadas (página 135 do relatório anual de contas de 2012). Usando o método de notações internas (IRB) o BANIF também apresenta um défice contra o rácio mínimo de 10% recomendado pelo Banco de Portugal para 31-12-2012.

5.8. BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A (BIG)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 46: Ativos Ponderados pelo Risco do BIG Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	70.677	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	699.427	699.427
Empréstimos líquidos ⁴⁵	100%	192.674	192.674
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁴⁶	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	626	1.565
Contas a receber e outros ativos	100%	22.822	22.822
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁴⁷	300%	23.433	70.299
Ativos fixos líquidos	100%	16.534	16.534
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁴⁸	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	27.077	13.539
TOTAL			1.016.860

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁴⁵ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁴⁶ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁴⁷ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

⁴⁸ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 47: Capital Tier 1 do BIG em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	104.000	
Prémio de emissão	1.362	
Lucros acumulados	32.167	
Outras reservas acumuladas e declaradas	45.304	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários		
Dividendos retirados do capital	-9.359	
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial		
TOTAL	173.474	173.474
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	194	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	1.172	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	5.357	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (185.469 * 15% = 27.820)(626-27.820)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	6.723	-6.723
CAPITAL TIER 1 (A)		166.751

Fonte: Elaboração própria

Tabela 48: Capital Tier 1 Adicional do BIG em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		166.751

Fonte: Elaboração própria

Tabela 49: Capital Tier 2 do BIG em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	0	0
CAPITAL TOTAL (1+2)		166.751

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 50: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o BIG em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	16,40	16,40	16,40
VALOR ATUAL (000 €)	166.751	166.751	166.751
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	35.590	45.759	81.349
(DÉFICE) /EXCESSO	131.161	120.992	85.402

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco BIG supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, incluindo a almofada de conservação de capital a ser implementada a partir de 1-1-2016. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 16,40%, 16,40% e 16,40% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

O Banco BIG optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 31,9% para 31-12-2012 (nota 38 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.9. BANCO INVEST, S.A (INVEST)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 51: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco Invest Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	16.128	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	388.802	388.802
Empréstimos líquidos ⁴⁹	100%	199.679	199.679
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁵⁰	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	9.724	24.310
Contas a receber e outros ativos	100%	3.438	3.438
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁵¹	300%	7.633	22.899
Ativos fixos líquidos	100%	2.828	2.828
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁵²	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	177.508	88.754
TOTAL			730.710

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁴⁹ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁵⁰ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁵¹ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

⁵² Valor não discriminado separadamente. Incluído na rúbrica de itens a longo prazo.

Tabela 52: Capital Tier 1 do Banco Invest em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	47.500	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	3.022	
Outras reservas acumuladas e declaradas	1.796	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	1.075	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial		
TOTAL	53.393	53.393
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	567	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%		
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (64.826 * 15% = 9.724)(4.931-9.724)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	567	-567
CAPITAL TIER 1 (A)		52.826

Fonte: Elaboração própria

Tabela 53: Capital Tier 1 Adicional do Banco Invest em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	12.000	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	12.000	12.000
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		64.826

Fonte: Elaboração própria

Tabela 54: Capital Tier 2 do Banco Invest em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como Tier 1	0	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	0	0
CAPITAL TOTAL (1+2)		64.826

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 55: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco Invest em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	7,23	8,87	8,87
VALOR ATUAL (000 €)	52.826	64.826	64.826
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	25.575	32.882	58.457
(DÉFICE) /EXCESSO	27.251	31.944	6.369

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco Invest supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, incluindo a almofada de conservação de capital a ser implementada a partir de 1-1-2016. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 7,23%, 8,87% e 8,87% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

5.10. BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A (Banco Itaú)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 56: Ativos Ponderados pelo Risco do Itaú Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	1.128.228	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	589.615	589.615
Empréstimos líquidos ⁵³	100%	2.937.135	2.937.135
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁵⁴	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	72.354	180.885
Contas a receber e outros ativos	100%	87.761	87.761
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁵⁵	300%	110.626	331.878
Ativos fixos líquidos	100%	15.186	15.186
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁵⁶	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	5.445.763	2.722.882
TOTAL			6.865.342

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁵³ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁵⁴ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁵⁵ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

⁵⁶ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 57: Capital Tier 1 do Itaú em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	535.624	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	17.204	
Outras reservas acumuladas e declaradas	34.564	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	18	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-211	
TOTAL	587.289	587.289
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	81.493	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	23.437	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (482.359 * 15% = 72.354)(23.045-72.354)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	104.930	-104.930
CAPITAL TIER 1 (A)		482.359

Fonte: Elaboração própria

Tabela 58: Capital Tier 1 Adicional do Itaú em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		482.359

Fonte: Elaboração própria

Tabela 59: Capital Tier 2 do Itaú em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	22.805	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	22.805	22.805
CAPITAL TOTAL (1+2)		505.164

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 60: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Itaú em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	7,03	7,03	7,36
VALOR ATUAL (000 €)	482.359	482.359	505.164
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	308.940	308.940	549.227
(DÉFICE) /EXCESSO	242.072	173.419	(44.063)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco Itaú supera os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* para o capital tier 1 e tier 1 total mas está marginalmente abaixo dos mínimos necessários para o capital total não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Banco Itaú optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 13,6% para 31-12-2012 (página 38 do relatório anual de contas).

5.11. BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A (Banco Popular)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 61: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco Popular Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	495.910	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	1.922.969	1.922.969
Empréstimos líquidos ⁵⁷	100%	5.835.386	5.835.386
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁵⁸	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	97.120	242.800
Contas a receber e outros ativos	100%	408.148	408.148
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁵⁹	100%	18.540	18.540
Ativos fixos líquidos	100%	88.004	88.004
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁶⁰	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	1.944.844	972.422
TOTAL			9.488.269

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁵⁷ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁵⁸ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁵⁹ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Como o investimento em ações e outros títulos de rendimento variável é menor que 10% do capital do banco, foi considerado um peso de risco de 100%.

⁶⁰ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 62: Capital Tier 1 do Banco Popular em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	476.000	
Prémio de emissão	10.109	
Lucros acumulados	2.692	
Outras reservas acumuladas e declaradas	269.645	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários		
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-110.807	
TOTAL	647.639	647.639
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	171	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%		
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (647.468 * 15% = 97.120)(82.369-97.120)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	171	-171
CAPITAL TIER 1 (A)		647.468

Fonte: Elaboração própria

Tabela 63: Capital Tier 1 Adicional do Banco Popular em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	0	0
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		647.468

Fonte: Elaboração própria

Tabela 64: Capital Tier 2 do Banco Popular em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	0	0
CAPITAL TOTAL (1+2)		647.468

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 65: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco Popular em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	6,82	6,82	6,82
VALOR ATUAL (000 €)	647.468	647.468	647.468
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	332.089	426.972	759.062
(DÉFICE) /EXCESSO	315.379	220.496	(111.594)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco Popular supera os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* para o capital tier 1 e tier 1 Total mas está marginalmente abaixo dos mínimos necessários para o capital total não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Banco Popular optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 10,6% para 31-12-2012 (nota 3.11 das demonstrações financeiras).

5.12. BANCO SANTANDER TOTTA, S.A (Santander Totta)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 66: Ativos Ponderados pelo Risco do Santander Totta Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	737.688	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	6.273.044	6.273.044
Empréstimos líquidos ⁶¹	100%	30.077.071	30.077.071
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁶²	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	317.438	793.595
Contas a receber e outros ativos	100%	575.184	575.184
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁶³	100%	210.734	210.734
Ativos fixos líquidos	100%	336.084	336.084
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁶⁴	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	7.891.582	3.945.791
TOTAL			42.211.503

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁶¹ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁶² Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁶³ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Como o investimento em ações e outros títulos de rendimento variável é menor que 10% do capital do banco, foi considerado um peso de risco de 100%.

⁶⁴ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 67: Capital Tier 1 do Santander Totta em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	791.723	
Prémio de emissão	193.390	
Lucros acumulados	88.068	
Outras reservas acumuladas e declaradas	1.421.512	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	572.160	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-699.202	
TOTAL	2.367.651	2.367.651
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	65.842	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias	42.560	
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	142.994	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (2.116.255 * 15% = 317.438)(631.578-317.438)	314.140	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	565.536	-565.536
CAPITAL TIER 1 (A)		1.802.115

Fonte: Elaboração própria

Tabela 68: Capital Tier 1 Adicional do Santander Totta em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	4.311	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	4.311	4.311
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		1.806.426

Fonte: Elaboração própria

Tabela 69: Capital Tier 2 do Santander Totta em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1		
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	0	0
CAPITAL TOTAL (1+2)		1.806.426

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 70: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Santander Totta em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	4,27	4,28	4,28
VALOR ATUAL (000 €)	1.802.115	1.806.426	1.806.426
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	1.477.403	1.899.518	3.376.920
(DÉFICE) /EXCESSO	324.712	(93.092)	(1.570.494)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco Santander Totta supera o rácio mínimo recomendado pelo *Basel III* para o capital tier 1 e está abaixo dos mínimos recomendados para os outros rácios não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Banco Santander Totta optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 11,4% para 31-12-2012 (nota 48 das demonstrações consolidadas).

5.13. CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 71: Ativos Ponderados pelo Risco do Crédito Agrícola Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	513.452	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	5.287.250	5.287.250
Empréstimos líquidos ⁶⁵	100%	7.660.153	7.660.153
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁶⁶	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	143.842	359.605
Contas a receber e outros ativos	100%	1.116.073	1116.073
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁶⁷	100%	109.665	109.665
Ativos fixos líquidos	100%	282.682	282.682
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁶⁸	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	1.327.479	663.470
TOTAL			15.479.168

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁶⁵ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁶⁶ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁶⁷ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores. Como o investimento em ações e outros títulos de rendimento variável é menor que 10% do capital do banco, foi considerado um peso de risco de 100%.

⁶⁸ Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 72: Capital Tier 1 do Crédito Agrícola em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	904.416	
Prémio de emissão		
Lucros acumulados	44.708	
Outras reservas acumuladas e declaradas	148.666	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários	1.217	
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	-3.929	
TOTAL	1.095.078	1.095.078
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	56.761	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%	79.373	
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do CET 1) (958.944 * 15% = 143.842)(130.376-143.842)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	136.134	-136.134
CAPITAL TIER 1 (A)		958.944

Fonte: Elaboração própria

Tabela 73: Capital Tier 1 Adicional do Crédito Agrícola em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	30.379	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	30.379	30.379
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		989.323

Fonte: Elaboração própria

Tabela 74: Capital Tier 2 do Crédito Agrícola em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	128.835	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	128.835	128.835
CAPITAL TOTAL (1+2)		1.118.158

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 75: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Crédito Agrícola em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	6,20	6,39	7,22
VALOR ATUAL (000 €)	958.944	989.323	1.118.158
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	541.771	696.563	1.238.333
(DÉFICE) /EXCESSO	417.173	292.760	(120.175)

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Crédito Agrícola supera os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* para o capital tier 1 e tier 1 Total mas está marginalmente abaixo dos mínimos necessários para o capital total não conseguindo então satisfazer os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 2**.

O Crédito Agrícola optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 11,1% para 31-12-2012 (nota explicativa 48 das demonstrações financeiras consolidadas).

5.14. BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A (BIC)

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco para o banco para 2012 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

Tabela 76: Ativos Ponderados pelo Risco do Banco BIC Português Para 2012

(unidade: milhares de euros)

TIPO DE ATIVO NO BALANÇO DO BANCO	PESO DE RISCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO ATIVO PONDERADO PELO RISCO
Disponibilidades e dívidas de outros bancos (e aplicações em instituições de crédito)	0%	125.413	0
Investimentos comerciais e outros investimentos	100%	1.350.856	1.350.856
Empréstimos líquidos ⁶⁹	100%	2.361.811	2.361.811
Juros a receber nos empréstimos líquidos ⁷⁰	100%	0	0
Ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias não ajustados	250%	53.558	133.895
Contas a receber e outros ativos	100%	4.942	4.942
Ações e outros títulos de rendimento variável ⁷¹	300%	39.256	117.768
Ativos fixos líquidos	100%	12.874	12.874
Itens fora do balanço (curto prazo) ou passivos contingentes (com maturidade menor que um ano) ⁷²	20%	0	0
Itens fora do balanço (longo prazo) ou passivos contingentes (com maturidade maior que um ano)	50%	725.099	362.550
TOTAL			4.344.696

Fonte: *Elaboração própria*

O cálculo do capital tier 1, capital adicional tier 1 e capital tier 2 (usando o balanço consolidado do banco em 31-12-2012) resulta nos seguintes valores:

⁶⁹ Embora discriminados por tipo de cliente, não foi feita a segregação por categoria 1 e categoria 2 e por isso o peso de risco adotado foi de 100% (categoria 2 até 80% do valor). Os empréstimos a empresas de construção também não estão bem discriminados e por isso foi usado um peso de risco de 100%.

⁷⁰ Valor não discriminado separadamente. Incluído nos empréstimos líquidos.

⁷¹ Por falta de informação, assume-se que trata-se de ações cotadas na bolsa de valores.

⁷² Valor não discriminado separadamente. Incluído na rubrica de itens a longo prazo.

Tabela 77: Capital Tier 1 do Banco BIC Português em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Capital	300.228	
Prémio de emissão	6.790	
Lucros acumulados	-7.959	
Outras reservas acumuladas e declaradas	56.692	
Reservas de perdas de ativos por impostos diferidos		
Interesses minoritários		
Dividendos retirados do capital		
Diferenças negativas da primeira consolidação		
Diferenças negativas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial	1.694	
TOTAL	357.445	357.445
Ajustamentos regulatórios:		
Goodwill e outros ativos intangíveis	390	
Ativos por impostos diferidos que dependem de lucros futuros		
Reservas de <i>cash flow hedge</i>		
Redução de provisões para perdas futuras estimadas		
Ganho na venda de securitizações		
Ganhos ou perdas não realizadas por mudança de estimativas de risco de crédito		
Ativos e passivos de fundos de pensões com benefícios definidos		
Investimento em ações próprias		
Investimentos recíprocos em outras instituições financeiras com > 10%		
Investimentos em afiliadas com > 10%		
Investimento em outras instituições financeiras (reconhecido até 15% do capital)		
Ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias (reconhecido até 15% do capital) (357.055 * 15% = 53.558)(1.116-53.558)	0	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	390	-390
CAPITAL TIER 1 (A)		357.055

Fonte: Elaboração própria

Tabela 78: Capital Tier 1 Adicional do Banco BIC Português em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos	94.500	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL ADICIONAL TIER 1 (B)	94.500	94.500
CAPITAL TIER 1 TOTAL (A)+(B)		451.555

Fonte: Elaboração própria

Tabela 79: Capital Tier 2 do Banco BIC Português em 31-12-2012

(unidade: milhares de euros)

RÚBRICA NO BALANÇO DO BANCO	VALOR DO BALANÇO	VALOR DO BALANÇO
Instrumentos emitidos não considerados como tier 1	245.243	
Prémio de emissão		
Interesses minoritários nos instrumentos emitidos		
Provisões para perdas (até 1,25% dos ativos ponderados pelo risco)		
Ajustamentos regulatórios		
CAPITAL TIER 2	245.243	245.243
CAPITAL TOTAL (1+2)		696.798

Fonte: Elaboração própria

Com base nos cálculos dos ativos ponderados pelo risco e o capital tier 1 e capital total, os rácios atuais e mínimos recomendados pelo *Basel III* são os seguintes:

Tabela 80: Rácios de Capital Tier 1 e Capital Total para o Banco BIC Português em 01-01-2013

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1	CAPITAL TIER 1 TOTAL	CAPITAL TOTAL
RÁCIO ATUAL (%)	8,22	10,39	16,04
VALOR ATUAL (000 €)	357.055	451.555	696.798
RÁCIO MÍNIMO (%) RECOMENDADO	3,50	4,50	8,00
VALOR MÍNIMO RECOMENDADO (000 €)	152.064	195.511	347.576
(DÉFICE) /EXCESSO	204.991	256.044	349.222

Fonte: Elaboração própria

No dia 1-1-2013, o Banco BIC Português supera todos os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III*. Os rácios atuais deste banco superam todos os valores mínimos recomendados até 1-1-2019, incluindo a almofada de conservação de capital a ser implementada a partir de 1-1-2016. Este banco satisfaz os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* no método padrão e logo enquadra-se na **hipótese 1**.

Os rácios atuais deste banco são 8,22%, 10,39% e 16,04% para o capital tier 1, capital tier 1 total e capital total respetivamente enquanto que os mínimos recomendados sem considerar a almofada de conservação de capital são respetivamente 3,50%, 4,50% e 8,00% para 2013, 4,0%, 5,5% e 8,0% para 2014, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2015, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2016, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2017, 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2018 e 4,5%, 6,0% e 8,0% para 2019.

O Banco BIC Português optou pelo método IRB, recomendado pelo Banco de Portugal no aviso 6/2010 e segundo este método, o rácio tier 1 é de 11,9% para 31-12-2012 (nota 40 das demonstrações financeiras).

6. CONCLUSÕES

Embora o *Basel III* tenha sido recomendado para implementação global a partir de 1 de Janeiro de 2013, os bancos Portugueses ainda seguem o aviso 6/2010 do Banco de Portugal que recomenda o cálculo dos rácios core tier 1, tier 1 e tier 2 usando o método notações internas (IRB) de avaliação da exposição do banco aos riscos de crédito, operacional, etc⁷³. e onde os ativos ponderados pelo risco são calculados como 12,5 vezes o valor dos requisitos totais de fundos calculados pelo banco. O Banco de Portugal prescreveu um rácio mínimo de 10% para o core tier 1 para 31-12-2012 (9% para 31-12-2011) usando esse método de notações internas (IRB) que também é mais flexível que o método padrão recomendado no *Basel II*.

Segundo os cálculos usando o aviso 6/2010 do Banco de Portugal, todos os bancos abrangidos por este estudo exceto o BANIF, estão acima do rácio mínimo de 10% no dia 31-12-2012, pois trata-se de um método que dá bastante flexibilidade aos bancos para cálculos que são baseados nas recomendações do BCBS no *Basel II* e não no mais exigente e recente *Basel III*.

A União Europeia está a trabalhar num processo legislativo Europeu chamado Credit Requirement Directive IV (CRD IV) baseado totalmente no *Basel III* e que deverá ser transposto para os bancos centrais dos países membros da EU em 2013 e que se estima que deverá entrar em vigor a partir de 1-1-2014⁷⁴. Aquando da sua implementação, os rácios mínimos recomendados serão os mesmos que o *Basel III* recomendou para 1-1-2014, embora os bancos centrais da EU tenham a opção de usar o método padrão ou o método de notações internas (IRB), para dar mais flexibilidade aos seus bancos. De qualquer modo, os rácios recomendados no *Basel III* são mais elevados que os rácios recomendados previamente pelo *Basel II* e visam assim aumentar a resiliência dos bancos, qualquer que seja o método de cálculo usado.

Este estudo baseou-se na implementação do *Basel III* para os bancos Portugueses, a partir de 1-1-2013, usando o método padrão e respetivas recomendações.

Com o *Basel III*, o BCBS visa melhorar a qualidade do capital tier 1 e tier 1 total gradualmente e assim assegurar que os fundos públicos na forma de depósitos não sejam usados em caso de falência dos bancos. Um outro ponto interessante que o *Basel III* propõe introduzir a partir de 1-1-2016 é a almofada de conservação de capital que assegurará que apenas os bancos com um bom *performance* poderão pagar dividendos e bónus aos seus executivos de topo, reduzindo assim as oportunidades de recompensar a má gestão, como aconteceu no passado em vários países. Em 1-1-2016 o *Basel III* também propõe a introdução do rácio LCR para assegurar que os bancos mantêm ativos

⁷³ Segundo o artigo 7º alínea 1 do decreto-lei nº 104/2007, de 3 de Abril, que se baseia no nível de risco das atividades do banco (risco de crédito, risco da carteira de negociação, risco cambial, risco de liquidação, risco de mercadoria, risco operacional, risco-país, etc.) e não o valor das rubricas do ativo ponderadas pela percentagem de risco, conforme sugerido pelo BCBS.

⁷⁴ Páginas 519 e 520 do relatório anual de contas da Caixa Geral de Depósitos para 2012.

de alta qualidade sem quaisquer constrangimentos, que sejam suficientes para cobrir 100% (ou mais) das saídas de dinheiro dos próximos 30 dias num cenário de *stress* estipulado e em 1-1-2018, o rácio NSFR para assegurar a liquidez dos bancos a médio e a longo prazo. Segundo este rácio, os ativos a longo prazo deverão ser financiados com pelo menos o mínimo montante dos passivos estáveis em relação ao perfil de risco de liquidez num horizonte de um ano.

A tabela 81 abaixo mostra o (défice)/excesso dos rácios atuais dos bancos abrangidos por este estudo quando comparados com os rácios mínimos recomendados pelo *Basel III* para 1-1-2013, salientando os bancos que têm rácios positivos para todos os anos até 1-1-2019:

Tabela 81: Valores Atuais e (Défice)/Excesso de Capital Tier 1 e Capital Total dos Bancos Portugueses em Comparação Com Valores Mínimos Recomendados

VALORES EM %

EM 01-01-2013	CAPITAL TIER 1 ATUAL E EXCESSO/ (DÉFICE)		CAPITAL TIER 1 TOTAL ATUAL E EXCESSO/ (DÉFICE)		CAPITAL TOTAL ATUAL E EXCESSO/ (DÉFICE)	
	RÁCIO ATUAL	EXCESSO/ DÉFICE ⁷⁵	RÁCIO ATUAL	EXCESSO/ DÉFICE	RÁCIO ATUAL	EXCESSO/ DÉFICE
VALORES MÍNIMOS PARA 1-1-2013 (%)	3,50		4,50		8,00	
BPI	3,55	0,05	3,55	(0,95)	6,60	(1,40)
BCP	1,87	(1,63)	2,05	(2,45)	6,63	(1,37)
BES	6,70	3,20	6,93	2,45	8,35	0,35
Montepio	6,50	3,00	6,57	2,07	8,65	0,65
CGD	5,15	1,65	5,15	0,65	7,48	(0,52)
Finantia	14,62	11,12	14,62	10,12	19,77	11,77
BANIF	(0,64)	(4,14)	0,02	(4,48)	1,60	(6,40)
BIG	16,40	12,90	16,40	11,90	16,40	8,40
Invest	7,23	3,73	8,87	4,37	8,87	4,87
Itaú	7,03	3,53	7,03	2,53	7,36	(0,64)
Popular	6,82	3,32	6,82	2,32	6,82	(1,18)
Santander Totta	4,27	0,77	4,28	(0,22)	4,28	(3,72)
Crédito Agrícola	6,20	2,70	6,39	1,89	7,22	(0,78)
BIC	8,22	4,72	10,39	5,89	16,04	8,04

Fonte: Elaboração própria

Segundo os cálculos, dos cinco maiores bancos a operar em Portugal (BPI, BCP, BES, CGD e Santander Totta) apenas o BES tem capital suficiente para satisfazer as recomendações do *Basel III* até 1-1-2019, se a almofada de conservação de capital não

⁷⁵ O excesso ou o défice para cada um dos bancos em todos os rácios desta tabela é a diferença entre o valor atual do rácio e o valor mínimo do rácio recomendado pelo *Basel III*.

for considerada. Caso seja considerada, o BES está numa posição confortável até 1-1-2018.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) está numa posição relativamente confortável tendo apenas um défice marginal no capital total e que pode ser cumprido com uma pequena redução nos ativos ponderados pelo risco ou um aumento marginal do capital tier 1 ou tier 2. O Banco Santander Totta que é uma filial do Banco Espanhol Santander mostra uma posição um pouco fraca no que diz respeito aos seus rácios e deverá controlar melhor os ativos ponderados pelo risco ou aumentar o seu capital tier 1 e tier 2. O BCP e o BPI não apresentam rácios satisfatórios para 1-1-2013 usando o método padrão.

Dos restantes bancos médios e pequenos a operar no país, apenas o BANIF necessita de um aumento drástico de capital⁷⁶.

Alguns outros bancos como o Banco Itaú, o Banco Popular (que são filiais de bancos estrangeiros) e o Crédito Agrícola estão em posições confortáveis e terão de efetuar uma redução nos seus ativos ponderados pelo risco ou um aumento marginal do seu capital total para satisfazer as recomendações do *Basel III*, pois apenas apresentam um défice mínimo no capital total, satisfazendo o rácio de capital tier 1.

Os restantes bancos médios e pequenos, como o Montepio, Finantia, BIG, Invest, BIC têm na sua maioria capacidade para satisfazer as recomendações do *Basel III* até 1-1-2019, embora o Montepio consiga apenas satisfazer a recomendação com a almofada de conservação de capital até 1-1-2018. Por serem bancos médios e pequenos têm um valor menor de ativos ponderados pelo risco e como conseguiram salvaguardar a qualidade do seu capital, apresentam rácios atuais elevados.

Dado que a implementação obrigatória do *Basel III* está prevista apenas para 2014 pela via do CRD IV, não deverá haver nenhuma contração de crédito à economia Portuguesa durante 2013. Em 2014, no caso de uma implementação obrigatória do CRD IV, a economia poderá ver uma contração de crédito, pois essa é a forma mais fácil, rápida e menos dispendiosa de satisfazer os rácios mínimos em comparação com um aumento de capital ou aumento de *spreads*, assim como comentado por Hyun e Rhee (2011). Todavia, se o Banco de Portugal optar de novo pelo método de notações internas (IRB) que também é aceite pelo *Basel III*, todos os bancos Portugueses poderão ter rácios positivos. Não se pode todavia esquecer que mesmo usando o método de notações internas, os rácios recomendados pelo *Basel III* continuam a ser os mesmos e mais elevados do que no *Basel II*.

Na totalidade, seis dos catorze bancos incluídos neste estudo enquadram na hipótese 1 (em negrito e realçados a cinzento na tabela 81) e oito bancos (incluindo cinco dos maiores) enquadram na hipótese 2, o que significa que o setor bancário Português está numa situação apertada. A EU, com o CRD IV está a planear uma implementação

⁷⁶ O BANIF efetuou com sucesso uma OPS de ações no valor de € 100 milhões emitindo novas ações ordinárias de €0,01 cada e obrigações destinadas aos acionistas em Julho de 2013. Visa desta forma satisfazer as recomendações do Banco de Portugal no aviso 6/2010 (rácio core tier 1 de 10%).

cautelosa das recomendações do *Basel III* para evitar que a economia dos países da zona Euro sofra uma contração drástica.

7. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

7.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Dado que este estudo está a ser feito em 2013, o último balanço anual consolidado disponível é o de 31-12-2012. Os balanços são sempre numa data específica e nunca se manterão constantes ao longo dos anos.

Não foi feita uma projeção dos valores dos ativos e passivos com base na média dos últimos cinco ou dez anos porque os bancos Portugueses mostram uma grande variação nas suas rúbricas e no caso de alguns bancos não se observou nenhuma tendência para um aumento ou redução gradual dos valores publicados no balanço consolidado.

Para obter uma comparação mais uniforme, não foram usados os valores de projeção futura para alguns bancos e os valores de 31-12-2012 como base fixa para outros e por isso, foram usados universalmente os valores de 31-12-2012 para todos os catorze bancos abrangidos neste trabalho. Com base nos rácios atuais obtidos, foi feita a análise da resiliência dos bancos. Claro que usando os métodos de notações internas, alguns bancos que não passaram no teste padrão poderão enquadrar na hipótese 1.

7.2. PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

O estudo da resiliência bancária de qualquer país é sempre uma investigação interessante. Este estudo baseou-se na aplicação do método padrão recomendado pelo *Basel III* que deveria ser implementado a partir de 1-1-2013, usando os balanços e demonstrações de resultados anuais publicados pelos bancos em 31-12-2012 como base. Segue-se uma lista de pistas e sugestões para futuros estudos sobre este tema:

1. Usando o balanço consolidado publicado pelos respetivos bancos ao longo dos anos (2013 a 2019) este estudo poderá ser replicado com os dados atuais do respetivo ano para analisar quais os bancos que passam no teste padrão e que serão enquadrados na hipótese 1. Ou seja, em 2014, o estudo poderá ser feito para o ano 2013 usando os dados atuais publicados pelos bancos para 31-12-2013 e o processo pode ser repetido para os anos seguintes logo que os bancos publiquem os seus resultados anuais.
2. A partir de 2015 e 2018, o estudo pode também abranger os novos rácios recomendados, LCR e NSFR respetivamente, para assim avaliar melhor a resiliência do setor bancário Português.
3. Pode também ser feita uma comparação entre a resiliência dos bancos Portugueses e os de qualquer outro país ou países da EU para qualquer um dos anos, usando os dados anuais atuais publicados, pelo método padrão.
4. Estudos futuros podem também considerar as recomendações do CRD IV, que deverão ser implementadas pela EU em 2014 ou nos anos seguintes. Pode ser

feita uma comparação entre os resultados obtidos pelo método padrão do *Basel III* e o método padrão ou recomendado pelo CRD IV.

5. Nos EUA, o Frank-Dodd Act está a ser implementado e outra opção de estudo poderá ser a comparação dos resultados do CRD IV com o Frank-Dodd, de modo a analisar o rigor de implementação e os resultados obtidos entre Portugal e os EUA ou entre qualquer ou quaisquer países da EU e os EUA, ou entre a EU e qualquer outro país que implemente o *Basel III*.
6. Estudos de caso sobre bancos individuais podem ser feitos após a implementação obrigatória do CRD IV para analisar a forma como vários bancos chegam aos rácios mínimos recomendados (aumento de capital tier 1, aumento de capital tier 2, redução de ativos ponderados pelo risco, etc.).

8. BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ALLEN, Bill. [et al.] - *Basel III: Is the cure worse than the disease?* *International Review of Financial Analysis* 25 (2012), p. 159-166.

ANTÃO, Paula; LACERDA, Ana - Capital requirements under the credit risk-based framework. *Journal of Banking & Finance* 35 (2011), p. 1380-1390.

ARNOLD, Bruce [et al.] - Systemic risk, macro prudential policy frameworks, monitoring financial systems and the evolution of capital adequacy. *Journal of Banking & Finance* 36 (2012), p. 3125-3132.

BLUNDELL-WIGNALL, Adrian; ATKINSON, Paul – Thinking beyond *Basel III*: Necessary solutions for capital and liquidity. *OECD Journal: Financial Trends – volume 2010 issue 1* (2010), p. 1-23.

BUČKOVÁ, Veronika; REUSE, Svend - *Basel III* global liquidity standards: Critical discussion and impact on to the European banking sector. *Financial Assets and Investing no. 3/2011* (2011), p. 7-18.

CABRAL, Ricardo - A perspective on the symptoms and causes of the financial crisis. *Journal of Banking & Finance* 37 (2013), p. 103-117.

CHORTAREAS, Georgios E; GIRARDONE, Claudia; VENTOURI, Alexia - Bank supervision, regulation, and efficiency: Evidence from the European Union. *Journal of Financial Stability* 8 (2012), p. 292-302.

COSIMANO, Thomas F; HAKURA, Dalia S. - Bank behavior in response to *Basel III*: A cross-country analysis. *IMF Working Paper WP/11/19*, (2011).

DAS, Sonali; SY, Amadou N.R. – How risky are banks' risk weighted assets? Evidence from the financial crisis. *IMF Working Paper WP/12/36*, (2012).

DEDU, Vasile; NITESCU, Dan Costin - *Basel III* – Between global thinking and local acting. *Theoretical and Applied Economics, volume XIX, no. 6 (571)* (2012), p. 5-12.

FRANCIS, William B; OSBORNE, Matthew - Capital requirements and bank behavior in the UK: Are there lessons for international capital standards? *Journal of Banking & Finance* 36 (2012), p. 803-816.

HÄRLE, Philipp [et al.] - *Basel III* and European banking: Its impact, how banks might respond and the challenges of implementation. *EMEA Banking, Mckinsey & Company*, (2010), p. 1-23.

HYUN, Jung-Soon; RHEE, Byung-Kun – Bank capital regulation and credit supply, *Journal of Banking & Finance* 35 (2011), p. 323-330.

KIM, Teakdong; KOO, Bonwoo; PARK, Minsoo - Role of financial regulation and innovation in the financial crisis, *Journal of Financial Stability xxx* (2012), p. xx-xx (in-press).

NUCU, Anca Elena – The challenges of *Basel III* for Romanian banking system. *Theoretical and Applied Economics*, volume XVIII, no. 12 (565) (2011), p. 59-70.

PAKRAVAN, Karim - Banking 3.0 – Designing financial regulation systems: The case for simple rules. *Global Finance Journal* 22 (2011), p. 232-237.

ROSSIGNOLO, Adrián F.; FETHI, Meryem. Duygun; SHABAN, Mohamed - Market crisis and Basel capital requirements: Could *Basel III* have been different? Evidence from Portugal, Ireland, Greece and Spain (PIGS). *Journal of Banking & Finance* 37 (2012), p. 1323-1339.

SHIM, Jeungbo - Bank capital buffer and portfolio risk: The influence of business cycle and revenue diversification. *Journal of Banking & Finance* 37 (2013), p. 761-772.

VALLASCAS, Francesco; KEASEY, Kevin - Bank resilience to systemic shocks and the stability of banking systems: Small is beautiful. *Journal of International Money and Finance* 31 (2012), p. 1745-1776.

YAN, Meilan; HALL, Maximilian J. B., TURNER, Paul - A cost-benefit analysis of *Basel III*: Some evidence from the UK. *International Review of Financial Analysis* 25 (2012), p. 73-82.

YILMAZ, Ensar - Capital accumulation and regulation. *The Quarterly Review of Economics and Finance* 49 (2009), p. 760-771.

DOCUMENTOS DE LEGISLAÇÃO

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION - *Basel III*: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems. *Bank for International Settlements* (2010).

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION - *Basel III*: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring. *Bank for International Settlements* (2010).

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION - Global systemically important banks: Assessment methodology and the additional loss absorbency requirement. *Bank for International Settlements* (2011).

PÁGINAS DE INTERNET

1. http://www.apb.pt/content/files/Sintese_Informativa_No1_-_Outubro_2012.pdf (Acedido em 17/04/2013).

2. Latham & Watkins, Regulatory capital reform under *Basel III*, March 2011, www.regulatorycapitalreformbaseliii_nicolaidess032311.pdf (Acedido em 26/04/2013).
3. <http://kdid.org/microfinance-financial-reporting-standards-draft-public-comment/a1-calculating-risk-weighted-assets> (Acedido em 05/05/2013).
4. <http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaAccionistas&riId=AAPAssembleia24Abril13> (Acedido em 18/05/2013).
5. <http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx> (Acedido em 18/05/2013).
6. <https://www.bigonline.pt/QuemSomos/QuemSomos?option=relatorios> (Acedido em 18/05/2013).
7. <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=292AF390-446F-4D7D-BE0C-BCF3DF715E64> (Acedido em 18/05/2013).
8. <http://www.finantia.pt/dynamic.aspx?one=on&type= RELATORIOS&itemIndex=6&menuid= DEFAULT> (Acedido em 18/05/2013).
9. <http://www.bancoinvest.pt/Publico/AcercaNos/Institucional/InformacaoFinanceira.aspx> (Acedido em 18/05/2013).
10. <http://www.banif.pt/xsite/Particulares/Institucional/Investidores.jsp?CH=6178&PCH=6163> (Acedido em 18/05/2013).
11. http://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/grupo/caixa-economica/relatorio-contas.page?altcode=RCCEMG (Acedido em 18/05/2013).
12. <https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-financeira/Pages/CGD-Informacao-Financeira.aspx> (Acedido em 18/05/2013).
13. <http://www.itau.eu/index.php/pt/informacoes-financeiras-/relatorios-e-contas.html> (Acedido em 18/05/2013).
14. <http://www.bancopopular.pt/portugal/institucional/banco-popular-portugal/informa%C3%A7oes-financeiras/> (Acedido em 18/05/2013).
15. http://www.santandertotta.pt/pagina/indice/0,,1341_1_1,00.htm (Acedido em 18/05/2013).
16. <http://www.bportugal.pt/en-US/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Pages/comb20110407.aspx> (Acedido em 23/06/2013).
17. <http://www.fdic.gov/regulations/capital/Presentation on Basel III and Standardized Approach NPRs.pdf> (Acedido em 24/06/2013).
18. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32013L0036:EN:NOT> (Acedido em 31/07/2013).

9. ANEXOS

9.1. LISTA DE BANCOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS E DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE OS INTEGRAVAM, A 30 DE JUNHO DE 2012

Tabela 82: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DOMÉSTICAS

BANCOS ASSOCIADOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	SIGLA	MOTIVO DE EXCLUSÃO DO ESTUDO
Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC	
Banco BPI, S.A.	Banco BPI, S.A.	Banco BPI	
	Banco Português de Investimento, S.A.	BPI	
Banco Comercial Português, S.A.	Banco Comercial Português, S.A.	Millennium BCP	
	Banco AtivoBank, S.A.	Ativobank	
	Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	BII	
Banco de Investimento Global, S.A.	Banco de Investimento Global, S.A.	BIG	
Banco Efisa, S.A. ⁷⁷	Banco Efisa, S.A.	Efisa	Encontra-se em processo de nacionalização/privatização com o grupo BPN e não tem relatório e contas de 2012.
Banco Espírito Santo, S.A.	Banco Espírito Santo, S.A.	BES	
	Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	BESi	
	Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	BAC	
	BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	Best	
Banco Finantia, S.A.	Banco Finantia, S.A.	Finantia	
Banco Invest, S.A.	Banco Invest, S.A.	Invest	
Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif	
BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ⁷⁸	BPN – Banco Português de Negócios, S.A.	BPN	Banco falido e cujo prejuízo foi absorvido pela CGD. Não foi incluído no estudo

⁷⁷ O Banco Efisa pertence ao grupo BPN, mas é um associado autónomo.

Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	CCCAM	
Caixa Económica Montepio Geral	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio	
	Finibanco, S.A.	Finibanco	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	CGD	
	Caixa – Banco de Investimento, S.A.	CBI	

Tabela 83: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTRANGEIRAS – FILIAIS

BANCOS ASSOCIADOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	SIGLA	MOTIVO DE EXCLUSÃO DO ESTUDO
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	BBVA	Não disponibiliza dados para operações em Portugal
Banco Itaú BBA Internacional, S.A.	Banco Itaú BBA Internacional, S.A.	Itaú	
Banco Popular Portugal, S.A.	Banco Popular Portugal, S.A.	Popular	
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Sant Consumer	
Banco Santander Totta, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta	

Tabela 84: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTRANGEIRAS – SUCURSAIS

BANCOS ASSOCIADOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	SIGLA ⁷⁹
Banco do Brasil AG – Sucursal em Portugal	Banco do Brasil AG – Sucursal em Portugal	BB
Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal	Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal	Barclays
BNP Paribas	BNP Paribas	BNP
	BNP Paribas Securities Services, S.A. – Sucursal em Portugal	BNP SS
	BNP Paribas Wealth Management, S.A. – Sucursal em Portugal	BNP WM
	Fortis Bank – Sucursal em Portugal	Fortis
NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal	NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal	NCG
Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal	Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal	Deutsche Bank

Fonte: APB Síntese Informativa 1/2012, p. 3-5,

(http://www.apb.pt/content/files/Sintese_Informativa_No1_-_Outubro_2012.pdf)

⁷⁹ Sendo sucursais de empresas bancárias estrangeiras não emitem relatório e contas separadas para as suas operações em território Português.

9.2. TABELA DE FASEAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO BASEL III

(todos os anos com início no dia 1 de Janeiro)

Tabela 85: TABELA DE FASEAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO BASEL III

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	No dia 1-1-2019
Rácio de Alavancagem	Monitorização supervisionaria		Implementação paralela 1-1-2013 a 1-1-2017 Divulgação inicial em 1-1-2015					Migração ao Pilar 1	
Rácio mínimo de capital próprio			3,5%	4,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Almofada (buffer) de conservação de capital						0,625%	1,25%	1,875%	2,50%
Capital próprio mínimo mais almofada de conservação de capital			3,5%	4,0%	4,5%	5,125%	5,75%	6,375%	7,0%
Dedução faseada do CET1 (incluindo montantes em excesso do limite de DTA, MSR e <i>financials</i>)				20%	40%	60%	80%	100%	100%
Capital Tier 1 mínimo			4,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital total mínimo			8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Capital total mínimo mais almofada de conservação			8,0%	8,0%	8,0%	8,625%	9,25%	9,875%	10,5%
Instrumentos de capital não mais classificados como <i>non-core</i> capital Tier 1 ou Tier 2	A serem eliminados faseadamente num horizonte de 10 anos a partir do início de 2013								
Rácio de cobertura de liquidez	Inicia período de observação				Introdução do <i>standard</i> mínimo				
<i>Net Stable Funding Ratio</i>	Inicia período de observação							Introdução do <i>standard</i> mínimo	

Fonte: Basel Committee on Banking Supervision - *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*. Bank for International Settlements (2010), anexo 4, p. 69

9.3. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO BPI, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 86: BANCO BPI, S.A.

BANCO BPI, S.A.				('000 euros)
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.269.365		1.145.118
Disponibilidades em outras instituições de crédito		453.438		384.768
Aplicações em instituições de crédito		1.710.727		2.337.591
Créditos a clientes		27.345.473		28.318.264
<u>Ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor:</u>				
Instrumentos de dívida	447.846		285.462	
Instrumentos de capital	190.339		170.039	
Outros títulos	144.434		139.415	
Instrumentos derivados sobre ações	3.976		8.602	
Instrumentos derivados sobre outros instrumentos	325.051	1.111.646	333.972	937.490
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u>				
Instrumentos de dívida	9.878.258		6.496.320	
Instrumentos de capital	95.489		110.564	
Outros títulos	276.389		167.519	
Créditos e outros valores a receber	2.746	10.252.882	3.722	6.778.125
Derivados de cobertura: ações		764		46
Derivados de cobertura: outros instrumentos		279.973		279.797
Investimentos detidos até a maturidade		445.298		766.190
Investimentos em associadas e entidades sob controlo conjunto		202.255		179.244
Outros ativos tangíveis		210.689		225.108
Ativos intangíveis		14.017		9.557
Ativos por impostos		617.692		903.529
Outros ativos		650.362		691.090
		44.564.581		42.955.917
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		4.270.918		2.499.197
Recursos de clientes e outros empréstimos		24.621.139		24.671.328

Recursos de outras instituições de crédito	2.568.421	2.071.520
Passivos financeiros detidos para negociação	340.164	454.238
Responsabilidades representadas por títulos	3.787.627	6.691.953
Passivos financeiros associados e ativos transferidos	1.590.984	1.414.597
Derivados de cobertura	814.963	661.904
Provisões	138.398	128.188
Provisões técnicas	2.255.364	2.625.181
Passivos por impostos	120.176	32.943
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1.200.279	0
Outros passivos subordinados e títulos de participação	156.331	214.491
Outros passivos	639.153	667.989
Total do Passivo	42.503.917	42.133.529
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	1.190.000	990.000
Prémio de emissão	0	128.432
Outros instrumentos de capital	8.558	8.030
Reservas de reavaliação	-507.614	-1.251.533
Outras reservas e resultados transitados	786.175	900.312
(Ações próprias)	-18.272	-21.020
Resultado consolidado do Grupo BPI	249.135	-284.871
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	1.707.982	469.350
Interesses minoritários	352.662	353.038
Total de Capitais Próprios	2.060.644	822.388
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Garantias prestadas e outros passivos (nota 4.33)	4.937.204	5.257.651
nota 4.33		
Garantias prestadas e avales	2.390.359	
Ativos dados em garantia	15.166.739	
compromissos perante terceiros	2.546.845	
Responsabilidades por prestação de serviços	29.925.114	

9.4. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 87: BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		3.580.546		2.115.945
Disponibilidades em outras instituições de crédito		829.684		1.577.410
Aplicações em instituições de crédito		1.887.389		2.913.015
Créditos a clientes		62.618.235		68.045.535
Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda:				
Obrigações	8.603.986		5.317.464	
Ações e outros títulos de rendimento variável	962.186		282.318	
Derivados de negociação sobre ações	144.261			
Derivados de negociação sobre outros	1.203.904	10.914.337	1.319.662	6.919.444
Ativos com acordo de recompra		4.288		495
Derivados de cobertura		186.032		495.879
Ativos financeiros detidos até a maturidade		3.568.966		5.160.180
Investimentos em associadas		516.980		305.075
Ativos não correntes detidos para venda		1.284.126		1.104.650
Propriedades de investimento		554.233		560.567
Outros ativos tangíveis		626.398		624.599
Goodwill e ativos intangíveis		259.054		251.266
Ativos por impostos correntes		34.037		52.828
Ativos por impostos diferidos		1.755.411		1.564.538
Outros ativos		1.124.323		1.790.650
		89.744.039		93.482.076
PASSIVO				
Depósitos de instituições de crédito		15.265.760		17.723.419
Depósitos de clientes		49.389.866		47.516.110
Títulos de dívida emitidos		13.548.263		16.236.202
Passivos financeiros detidos para negociação		1.393.194		1.478.680
Outros passivos financeiros detidos para negociação				
ao justo valor através de resultados		329.267		2.578.990
Derivados de cobertura		301.315		508.032

Provisões	253.328	246.100
Passivos subordinados	4.298.773	1.146.543
Passivos por impostos correntes	15.588	24.037
Passivos por impostos diferidos	2868	2385
Outros passivos	945.629	1.647.208
Total do Passivo	85.743.851	89.107.706
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	3.500.000	6.065.000
Títulos próprios	-14.212	-11.422
Prémio de emissão	71.722	71.722
Ações preferenciais	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853
Reservas de justo valor	2.668	-389.460
Reservas e resultados acumulados	850.021	-1.241.490
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco	-1.219.053	-848.623
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	3.372.174	3.826.755
Interesses minoritários	628.014	547.615
Total de Capitais Próprios	4.000.188	4.374.370
	89.744.039	93.482.076
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Garantias prestadas e outros passivos (nota 46)	14.970.291	17.573.124

9.5. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 88: BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.377.541		1.090.439
Disponibilidades em outras instituições de crédito		681.077		580.813
Aplicações em instituições de crédito		5.426.518		3.282.576
Créditos a clientes		47.706.392		49.043.382
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações e títulos de rendimento variável	200.853		53.281	
Obrigações e outros	3.724.546	3.925.399	3.381.358	3.434.639
<u>Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados:</u>				
Ações e títulos de rendimento variável	1.187.134		1.836.258	
Obrigações e outros	1.634.419	2.821.553	127.731	1.963.989
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u>				
Ações e títulos de rendimento variável	2.293.206		920.749	
Obrigações e outros	8.462.104	10.755.310	10.562.117	11.482.866
Derivados de cobertura		516.520		510.090
Ativos financeiros detidos até a maturidade		941.549		1.541.182
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		580.982		806.999
Ativos não correntes detidos para venda		3.277.540		1.646.683
Propriedades de investimento		441.988		
Outros ativos tangíveis		931.622		851.678
Ativos intangíveis		555.326		230.332
Ativos por impostos correntes		24.648		28.692
Ativos por impostos diferidos		728.905		712.157
Provisões técnicas de resseguro cedido		3.804		
Outros ativos		2.994.154		3.030.855
		83.690.828		80.237.372
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		10.893.320		10.013.713
Recursos de outras instituições de crédito		5.088.658		6.239.360
Recursos de clientes e outros empréstimos		34.540.323		34.206.162
Responsabilidades representadas por títulos		15.424.061		18.452.648
Passivos financeiros detidos para negociação		2.122.025		2.125.253
Derivados de cobertura		125.199		238.633
Contratos de investimento		3.413.563		
Passivos não correntes detidos para venda		175.945		140.950

Provisões	236.950	190.450
Provisões técnicas	1.577.408	
Passivos por impostos correntes	221.199	44.937
Passivos por impostos diferidos	154015	110533
Outros passivos subordinados	839.816	961.235
Outros passivos	1.145.602	1.321.023
Total do Passivo	75.958.084	74.044.897
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	5.040.124	4.030.232
Prémio de emissão	1.069.517	1.081.663
Ações próprias	-6.991	-997
Outros instrumentos de capital	29.295	29.505
Ações preferenciais	193.289	211.913
Reservas de reavaliação	-686.666	-1.086.491
Outras reservas e resultados transitados	1.328.630	1.446.961
Resultado do exercício	96.101	-108.758
Interesses que não controlam	669.445	588.447
Total de Capital	7.732.744	6.192.475
	83.690.828	80.237.372
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Garantias prestadas e outros passivos (nota 46)	21.075.470	21.859.496

9.6. BALANÇO DA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 89: CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL				
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		304.886		461.483
Disponibilidades em instituições de crédito		235.659		223.834
Crédito a clientes		15.703.547		16.706.626
Aplicações em instituições de crédito		224.324		284.232
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações	12.337		5.415	
Títulos de dívida e outros	126.718	139.055	175.361	180.776
Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados		12.300		3.606
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u>				
Ações	426.926		347.982	
Outros	2.054.519	2.481.445	2.226.386	2.574.368
Investimentos detidos até a maturidade		27.495		76.994
Derivados de cobertura		931		1.311
Ativos não correntes detidos para venda		491.795		137.011
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		60.836		57.856
Propriedades de investimento		388.260		
Outros ativos tangíveis		96.575		108.657
Ativos intangíveis		59.047		90.205
Ativos por impostos correntes		2.702		2.768
Ativos por impostos diferidos		265.987		80.693
Outros ativos		477.887		504.970
		20.972.731		21.495.390
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		1.776.514		2.003.300
Passivos financeiros detidos para negociação		84.794		79.121
Recursos de outras instituições de crédito		625.706		743.797
Recursos de clientes e outros empréstimos		13.255.447		13.701.919
Responsabilidades representadas por títulos		2.362.336		2.473.112
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		244.419		453.061
Derivados de cobertura		3.177		13.041
Provisões		14.292		7.985
Passivos por impostos correntes		2.044		10
Passivos por impostos diferidos		533		36

Outros passivos subordinados	467.120	477.843
Outros passivos	501.379	282.677
Total do Passivo	<u>19.337.761</u>	<u>20.235.902</u>
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	1.295.000	1.245.000
Outros instrumentos de capital	15.000	15.000
Reservas de reavaliação	-22.083	-319.551
Outras reservas e resultados transitados	297.997	262.629
Resultado líquido do exercício	42.099	45.029
Interesses minoritários	6.957	11.381
Total de Capital	<u>1.634.970</u>	<u>1.259.488</u>
Total de passivo e capital	<u>20.972.731</u>	<u>21.495.390</u>
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 48)	2.040.117	2.105.302

9.7. BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 90: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.			
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011		('000 euros)	
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.603.000	2.704.000
Aplicações em instituições de crédito		3.823.000	5.944.000
Créditos a clientes		74.714.000	78.248.000
Aplicações em títulos:			
Ações	1.092.700		1.726.715
Obrigações e outros	27.095.300	28.188.000	22.671.285
Ativos com acordo de recompra		504.000	778.000
Investimentos em associadas		32.000	35.000
Ativos tangíveis e intangíveis		1.430.000	1.516.000
Provisões técnicas de resseguros cedidos		197.000	226.000
Ativos por impostos correntes		63.000	87.000
Ativos por impostos diferidos		1.514.000	1.915.000
Outros ativos		4.858.000	4.791.000
		116.926.000	120.642.000
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito		12.243.000	15.860.000
Depósitos de clientes		71.404.000	70.587.000
Responsabilidades representadas por títulos		10.591.000	14.923.000
Passivos financeiros		2.218.000	1.918.000
Provisões		951.000	886.000
Provisões técnicas de atividade de seguros		4.224.000	4.611.000
Passivos subordinados		2.889.000	2.075.000
Outros passivos		5.095.000	4.458.000
Total do Passivo		109.615.000	115.318.000
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital		5.900.000	5.150.000
Reservas de justo valor		-190.000	-2.079.000
Outras reservas e resultados transitados		979.000	1.708.000
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco		-363.000	-500.000

Total de Capitais		
Próprios atribuíveis ao Grupo	6.326.000	4.279.000
Interesses minoritários	985.000	1.045.000
Total de Capitais Próprios	7.311.000	5.324.000
	116.926.000	120.642.000
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 25)	17.412.929	20.815.934

9.8. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO FINANTIA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 91: Banco Finantia, S.A.

BANCO FINANTIA, S.A.		('000 euros)		
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e bancos		27.290		16.047
Carteira de títulos:				
Ações	6.392		11.894	
Títulos de dívida e outros	1.400.716	1.407.108	1.248.537	1.260.431
Aplicações em instituições de crédito		313.088		405.770
Créditos a clientes		386.013		643.451
Propriedades de investimento		585		586
Derivados de negociação		33.326		41.866
Outros ativos tangíveis		14.644		15.235
Ativos intangíveis		1.671		939
Ativos por impostos correntes		1.298		769
Ativos por impostos diferidos		17.466		29.122
Outros ativos		56.720		107.464
		2.259.209		2.521.680
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		494.716		495.517
Recursos de clientes		487.526		269.149
Recursos de outras instituições de crédito		154.479		324.366
Operações de venda com acordo de recompra ("repos")		389.134		393.397
Responsabilidades representadas por títulos		93.129		356.853
Derivados de cobertura		32.791		53.022
Derivados de negociação		89.799		93.726
Passivos por impostos correntes		846		1.061
Passivos por impostos diferidos		343		150
Passivos subordinados		130.411		125.410
Outros passivos		13.932		71.904
Total do Passivo		1.887.106		2.184.555
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital		150.000		150.000
Prémio de emissão		25.000		25.000
Ações próprias		-6.590		-6.386
Reservas e resultados transitados		200.347		165.194
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco		3.126		3.131
Total de Capitais Próprios atribuíveis		371.883		336.939

ao Grupo		
Interesses minoritários	220	186
Total de Capitais Próprios	372.103	337.125
	2.259.209	2.521.680
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Garantias prestadas e outros passivos (nota 31)	1.176.238	1.305.115

9.9. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANIF, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 92: BANIF, S.A.

BANIF, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		184.109		288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito		210.089		183.769
Aplicações em instituições de crédito		367.520		648.671
Créditos a clientes		9.815.981		11.183.823
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações	32.397		34.093	
Instrumentos de dívida e outros	182.328	214.725	217.521	251.614
<u>Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:</u>				
Ações	78.284		78.243	
Instrumentos de dívida e outros	1.003	79.287	81.895	160.138
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u>				
Ações	223.112		74.197	
Instrumentos de dívida e outros	532.454	755.566	487.291	561.488
Ativos com acordo de recompra		26.223		72.347
Investimentos detidos até a maturidade		36.284		53.506
Investimentos em associadas e filiais excl. da consolidação		118.630		155.670
Ativos não correntes detidos para venda		403.134		267.678
Propriedades de investimento		924.357		844.026
Outros ativos tangíveis		307.025		369.192
Ativos intangíveis		26.264		27.456
Ativos por impostos correntes		17.216		25.067
Ativos por impostos diferidos		248.598		151.179
Outros ativos		257.285		579.412
		13.992.293		15.823.114
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		2.804.084		2.484.286
Recursos de outras instituições de crédito		689.101		1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos		7.750.430		8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos		1.706.431		2.349.156

Passivos financeiros detidos para negociação	116.204	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.017	80.946
Derivados de cobertura		130
Provisões	31.285	15.405
Passivos por impostos correntes	5.854	14.290
Passivos por impostos diferidos	63.059	51.687
Instrumentos representativos de capital	2.009	43.891
Outros passivos subordinados	228.114	218.540
Outros passivos	205.549	421.612
Total do Passivo	13.616.137	14.888.198
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	570.000	570.000
Títulos próprios	-124	-1.086
Prémio de emissão	104.565	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Reservas de reavaliação	-2.141	-52.004
Outras reservas e resultados transitados	100.100	276.471
Resultado do exercício	-576.353	-161.583
Interesses que não controlam	84.209	103.104
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	376.156	934.916
	13.992.293	15.823.114
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 29)	1.049.345	1.365.073

9.10. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 93: BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A.

BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		14.054		10.323
Disponibilidades em outras instituições de crédito		19.699		42.026
Aplicações em instituições de crédito		36.924		27.087
Créditos a clientes		192.674		159.331
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações	9.067		4.849	
Instrumentos de dívida e outros	8.341	17.408	8.487	13.336
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u>				
Ações	14.366		21.055	
Instrumentos de dívida e outros	685.729	700.095	482.628	503.683
Derivados de cobertura				22
Investimentos em associadas		5.357		4.955
Ativos tangíveis		16.534		17.400
Ativos intangíveis		194		535
Ativos por impostos correntes				1.740
Ativos por impostos diferidos		626		34.873
Outros ativos		22.628		13.672
		1.026.193		828.983
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		260.248		238.323
Recursos de clientes		543.830		440.568
Passivos financeiros detidos para negociação		1.016		18.592
Recursos de outras instituições de crédito		6.480		48.895
Derivados de cobertura		11.611		5.047
Provisões		2.905		20
Passivos por impostos correntes		16.695		
Outros passivos		11.106		10.304
Total do Passivo		853.891		761.749
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital		104.000		104.000
Ações próprias		-1.172		-1.323
Prémio de emissão		1.362		1.362
Reservas de justo valor		-1.184		-87.279
Outras reservas e resultados transitados		46.488		47.969

Resultado líquido do exercício	32.167	2.505
Dividendos antecipados	-9.359	
Total de Capital	<u>172.302</u>	<u>67.234</u>
Total de passivo e capital	<u>1.026.193</u>	<u>828.983</u>
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Garantias prestadas e outros passivos (nota 35)	27.077	66.358

9.11. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO INVEST, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 94: BANCO INVEST, S.A.

BANCO INVEST, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		4.835		9.210
Disponibilidades em outras instituições de crédito		11.293		14.618
Créditos a clientes		199.679		233.482
Ativos financeiros detidos para negociação:				
Ações	775		1.412	
Instrumentos de dívida e outros	72.393	73.168	34.502	35.914
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Ações	6.858		7.003	
Instrumentos de dívida e outros	193.796	200.654	69.958	76.961
Investimentos detidos até a maturidade		88.074		109.141
Ativos não correntes detidos para venda		29.922		30.514
Propriedades de investimento		4.617		5.003
Outros ativos tangíveis		2.828		2.797
Ativos intangíveis		567		862
Ativos por impostos correntes				423
Ativos por impostos diferidos		4.931		8.163
Outros ativos		7.664		9.668
		628.232		536.756
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		228.442		147.703
Recursos de clientes e outros empréstimos		182.836		117.829
Responsabilidades representadas por títulos		135.096		176.289
Passivos financeiros detidos para negociação		57		680
Recursos de outras instituições de crédito		7.255		34.878
Provisões		500		500
Passivos por impostos correntes		2.417		12
Passivos por impostos diferidos		99		124
Outros passivos		6.137		7.911
Total do Passivo		562.839		485.926
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital		59.500		59.500
Reservas de reavaliação		154		-11.421
Outras reservas e resultados transitados		1.642		5.207
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do		3.022		-3.538

banco		
Interesses minoritários	1.075	1.082
Total de Capital	65.393	50.830
Total de passivo e capital	628.232	536.756
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 24)	177.508	106.236

9.12. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 95: BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A.

BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		517.046		545.295
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito		611.182		728.795
Créditos a clientes		2.937.135		3.050.393
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações	110.626		136.235	
Instrumentos de dívida e outros	331.149	441.775	437.384	573.619
Ativos financeiros ao justo valor pela demonstração de resultados		81.473		76.535
Ativos financeiros detidos para venda		152.752		41.130
Derivados de cobertura		804		
Investimentos em associadas		23.437		31.611
Outros ativos tangíveis		15.186		13.362
Ativos intangíveis		81.493		91.112
Ativos por impostos correntes		7.207		1.626
Ativos por impostos diferidos		23.045		9.290
Outros ativos		48.370		48.509
		4.940.905		5.211.277
PASSIVO				
Depósitos de clientes		1.725.771		1.464.465
Depósitos de outras instituições de crédito		461.325		803.264
Passivos financeiros detidos para negociação		436.188		555.555
Responsabilidades por títulos emitidos		1.614.795		1.618.289
Derivados de cobertura				3.197
Provisões		1.137		1.158
Passivos subordinados		22.805		83.116
Passivos por impostos correntes		10.485		8.529
Passivos por impostos diferidos		11.625		10.610
Outros passivos		69.485		92.330
Total do Passivo		4.353.616		4.640.513
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital		535.624		535.624
Reservas de reavaliação		-211		-1.379

Reservas e resultados acumulados	34.654	84.957
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco	17.204	-48.456
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	587.271	570.746
Interesses minoritários	18	18
Total de Capitais Próprios	587.289	570.764
	4.940.905	5.211.277
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 31)	5.445.763	7.748.464

9.13. BALANÇO DO BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 96: BANCO POPULAR, S.A.

BANCO POPULAR, S.A.				
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		171.349		138.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito		54.743		140.324
Aplicações em instituições de crédito		269.818		148.835
Créditos a clientes		5.835.386		6.367.864
Ativos financeiros detidos para negociação:				
Ações e títulos de rendimento variável	17.929		7.749	
Instrumentos de dívida e outros	38.809	56.738	27.193	34.942
Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados		32.954		30.496
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Ações e títulos de rendimento variável	611		1.909	
Instrumentos de dívida e outros	1.104.748	1.105.359	1.501.530	1.503.439
Investimentos detidos até a maturidade		723.879		545.326
Investimentos em filiais e associadas				22.579
Ativos não correntes detidos para venda		22.579		
Outros ativos tangíveis		88.004		93.338
Ativos intangíveis		171		817
Ativos por impostos correntes		1.360		
Ativos por impostos diferidos		82.396		121.839
Outros ativos		421.341		486.015
		8.866.077		9.634.035
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		1.605.143		495.137
Recursos de clientes		3.906.941		4.154.043
Responsabilidades representadas por títulos		1.011.248		605.816
Passivos financeiros detidos para negociação		40.181		29.374
Recursos de outras instituições de crédito		1.423.759		3.648.429
Derivados de cobertura		128.563		82.554
Provisões		54.588		61.134
Passivos por impostos correntes				2.063
Passivos por impostos diferidos		14.191		9.530
Outros passivos		33.824		49.628
Total do Passivo		8.218.438		9.137.708
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital		476.000		451.000

Prémio de emissão	10.109	10.109
Reservas de reavaliação	-110.807	-233.632
Outras reservas e resultados transitados	269.645	255.418
Resultado líquido do exercício	2.692	13.432
Total de Capital	647.639	496.327
Total de passivo e capital	8.866.077	9.634.035
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 38)	1.944.844	1.734.017

9.14. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 97: BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		352.365		387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito		385.323		356.962
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito		3.097.422		2.692.911
Créditos a clientes		26.979.649		28.372.027
Ativos financeiros detidos para negociação		2.265.495		1.995.784
Ativos financeiros ao justo valor pela demonstração de resultados		93.735		80.121
<u>Ativos financeiros detidos para venda:</u>				
Ações	210.734		68.322	
Instrumentos de dívida e outros	3.279.130	3.489.864	4.371.283	4.439.605
Derivados de cobertura		284.850		167.302
Investimentos em associadas		142.994		133.052
Ativos não correntes detidos para venda		206.840		141.163
Outros ativos tangíveis		336.084		365.415
Ativos intangíveis		65.842		74.230
Ativos por impostos correntes		4.246		17.632
Ativos por impostos diferidos		631.578		714.817
Outros ativos		190.956		176.456
		38.527.243		40.115.314
PASSIVO				
Depósitos de bancos centrais		5.837.242		4.913.234
Depósitos de clientes		21.497.174		19.844.104
Depósitos de outras instituições de crédito		1.949.574		3.611.532
Passivos financeiros detidos para negociação		2.048.743		1.663.299
Responsabilidades por títulos emitidos ao justo valor através de resultados		3.953.519		7.393.865
Derivados de cobertura		455.911		282.889
Provisões		72.271		75.482
Passivos subordinados		4.311		4.328
Passivos por impostos correntes		4.687		6.545
Passivos por impostos diferidos		75.303		66.972
Outros passivos		303.417		289.589
Total do Passivo		36.202.152		38.151.839
CAPITAIS PRÓPRIOS				

('000 euros)

Capital	656.723	656.723
Títulos próprios	-42.560	-42.400
Prémio de emissão	193.390	193.390
Outros instrumentos de capital	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	-699.202	-1.008.461
Reservas e resultados acumulados	1.421.512	1.404.582
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco	88.068	47.121
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	1.752.931	1.385.955
Interesses minoritários	572.160	577.520
Total de Capitais Próprios	2.325.091	1.963.475
	38.527.243	40.115.314
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (note 28)	7.891.582	8.255.859

9.15. BALANÇO CONSOLIDADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 98: CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A.

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.A.				
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		433.907		249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito		79.545		93.457
Créditos a clientes		7.660.153		7.913.564
<u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u>				
Ações	462		1.434	
Instrumentos de dívida e outros	17.927	18.389	10.706	12.140
Ativos financeiros ao justo valor pela demonstração de resultados		8.329		14.689
<u>Ativos financeiros detidos para venda:</u>				
Ações	109.203		78.910	
Instrumentos de dívida e outros	2.298.349	2.407.552	746.379	825.289
Aplicações em instituições de crédito		122.721		304.025
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		79.373		69.842
Investimentos detidos até à maturidade		2.760.551		3.351.292
Propriedades de investimento				72
Outros ativos tangíveis		282.682		289.724
Ativos intangíveis		56.761		55.252
Ativos por impostos correntes		6.988		5.452
Ativos por impostos diferidos		130.376		119.153
Outros ativos		1.065.790		937.393
		15.113.117		14.240.832
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		1.907.790		1.600.385
Recursos de clientes e outros empréstimos		10.112.824		9.821.452
Recursos de outras instituições de crédito		240.228		304.732
Passivos financeiros detidos para negociação		1.309		1.716
Responsabilidades por títulos emitidos				
Derivados de cobertura				
Provisões		7.573		6.916
Provisões técnicas de contratos de seguros		1.137.404		1.006.884
Passivos subordinados				
Passivos por impostos correntes		9.970		13.778
Passivos por impostos diferidos		2.695		1.887
Instrumentos de capital considerados como passivo		30.379		30.661
Outros passivos subordinados		128.835		125.005

Outros passivos	439.032	280.677
Total do Passivo	14.018.039	13.194.093
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	904.416	867.605
Reservas de reavaliação	-3.929	-12.634
Reservas e resultados transitados	148.666	135.705
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco	44.708	55.024
Interesses minoritários	1.217	1.039
Total de Capital	1.095.078	1.046.739
	15.113.117	14.240.832
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS		
Passivos contingentes e compromissos (nota 27)	1.327.479	1.331.978

9.16. BALANÇO CONSOLIDADO DO BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A. PARA 31/12/2012 E 31/12/2011

Tabela 99: BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.				
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
('000 euros)				
	31-12-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2011
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		74.895		107.493
Disponibilidades em outras instituições de crédito		50.518		53.761
Créditos a clientes		2.361.811		3.290.729
Ativos financeiros detidos para negociação		13		20.137
<u>Ativos financeiros ao justo valor pela demonstração de resultados:</u>				
Ações	34.836		0	
Instrumentos de dívida e outros	6.691	41.527	0	0
<u>Ativos financeiros detidos para venda:</u>				
Ações	4.420		4.786	
Instrumentos de dívida e outros	55.307	59.727	45.173	49.959
Aplicações em instituições de crédito		1.265.805		837.005
Investimentos detidos até a maturidade		23.040		0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0		63
Ativos não correntes detidos para venda		0		9.886
Outros ativos tangíveis		12.874		15.911
Ativos intangíveis		390		130
Ativos por impostos correntes		349		140
Ativos por impostos diferidos		1.166		0
Outros ativos		56.595		52.614
		3.948.710		4.437.828
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais		233.927		0
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.393.707		1.684.474
Recursos de outras instituições de crédito		436.180		952.073
Passivos financeiros detidos para negociação		1		18.083
Responsabilidades por títulos emitidos		150.656		1.402.823
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		0		177.822
Derivados de cobertura		0		97
Provisões		58.165		300.819
Passivos por impostos correntes		3.074		1.027
Passivos por impostos diferidos		637		0
Outros passivos subordinados		245.243		245.674
Outros passivos		69.675		161.686
Total do Passivo		3.591.265		4.944.578

CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital	300.228	380.000
Prémio de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação	1.694	-5.695
Reservas e resultados transitados	56.692	-792.420
Lucro do exercício atribuível aos acionistas do Banco	-7.959	-95.425
Total de Capital	<u>357.445</u>	<u>-506.750</u>
	<u>3.948.710</u>	<u>4.437.828</u>

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Passivos contingentes e compromissos (nota 27)	725.099	896.971
--	---------	---------